TERAMB – Empresa Municipal de Gestão e Valorização Ambiental da Ilha Terceira, EM

Relatório de Gestão e Contas

Encerramento 2017

1. INTRODUÇÃO

A TERAMB – Empresa Municipal de gestão e valorização ambiental da Ilha Terceira, E.M., adiante designada por TERAMB E.M. é uma entidade empresarial local, de natureza municipal, constituída pelos Municípios de Angra do Heroísmo e da Praia da Vitória, com a qualificação de empresa municipal de gestão de serviços de interesse geral, nos termos do artigo 45.º da Lei n.º 50/2012 de 31 de agosto, com o estatuto de pessoa coletiva de direito privado, dotada de personalidade jurídica e de autonomia administrativa, financeira e patrimonial, ficando sujeita à tutela e superintendência da Câmara Municipal de Angra do Heroísmo e da Praia da Vitória nos termos do n.º 4 do artigo 19.º da mesma Lei

Detida em 60% pela Câmara Municipal de Angra do Heroísmo e a 40% pela Câmara Municipal da Praia da Vitória, foi constituída a 1 de Novembro de 2010, tendo como principal objeto social os serviços de interesse geral de gestão, o tratamento e valorização de resíduos sólidos urbanos dos Municípios de Angra do Heroísmo e Praia da Vitória. Exerce atividade no âmbito da construção, gestão, exploração, tratamento e valorização de sistemas de resíduos sólidos, podendo vir a exercer também no abastecimento de águas e produção de energias renováveis.

Os órgãos sociais da TERAMB, EM são a Assembleia Geral, o Conselho de Administração e o Fiscal Único e os seus titulares são nomeados por um período de dois anos, coincidente com o dos titulares dos órgãos autárquicos, sem prejuízo de atos de exoneração e de continuação de funções até à sua efetiva substituição.

Nos termos previstos na alínea g) do artigo 15.º dos seus estatutos, compete ao Conselho de Administração elaborar os documentos de prestação de contas e submetê-los a aprovação das Câmaras Municipais de Angra do Heroísmo e Praia da Vitória. Compete ao Fiscal Único a emissão de parecer sobre o relatório do Conselho de Administração e contas do exercício.

Nos termos do n.º 5 do artigo 447.º do Código das Sociedades Comerciais, o Conselho de Administração informa que nenhum dos membros dos órgãos sociais possui qualquer ação da sociedade.

Assim e porque compete à Assembleia Geral pronunciar-se sobre quaisquer assuntos de interesse para a TERAMB, EM, apresenta-se o presente relatório de gestão e contas, para que possa ser submetido a apreciação da Assembleia Geral e posteriormente propô-los às Câmaras Municipais, para aprovação.

Central de Tratamento e Valorização de Resíduos da Ilha Terceira, Biscoito da Achada, Ribeirinha
9700-135 Angra do Heroísmo | Telf: 295216722 | Fax: 295218397 | E-mail: geral@teramb.pt

2. ATIVIDADE DA EMPRESA

O ano 2017 foi um ano de funcionamento pleno da Central de Tratamento e Valorização de Resíduos da Ilha Terceira (CTVRIT) que, como é sabido, dotou a ilha e a região de um conjunto de infraestruturas, nomeadamente ecocentro, central de valorização orgânica, central de valorização energética de resíduos e centro de processamento de subprodutos animais, do aterro de resíduos perigosos e da atividade de mineração das bolsas antigas do aterro, que em conjunto permitiram dar um destino adequado a todos os resíduos que deram entrada na instalação, quer recolhidos pelos Municípios quer entregues diretamente, ao refugo proveniente de 6 ilhas: Corvo, Flores, Faial, Graciosa, São Jorge e Santa Maria e aos provenientes da limpeza do passivo ambiental das antigas bolsas do Aterro Intermunicipal da ilha Terceira. Esta instalação permitiu ainda a substituição do consumo de combustíveis fósseis importados pela queima de resíduos para a geração de energia elétrica, a diminuição de incidência de gaivotas e roedores no lixo, a redução de lixiviados para aquíferos suspensos e a melhoria da qualidade do ar na zona do aterro, a par de promover ativamente a valorização multimaterial e orgânica.

Resíduos rececionados na Central de Tratamento e Valorização de Resíduos da Ilha Terceira

No período em análise, foram rececionadas na CTVRIT um total de 41.079,71 toneladas de resíduos, o que representa um acréscimo em cerca de 3,25 % comparativamente a 2016. Este aumento deveu-se essencialmente às quantidades recebidas de lamas de ETAR, resíduos industriais banais e outros resíduos urbanos e refugo do tratamento mecânico das ilhas Corvo, Flores, Faial, Graciosa, São Jorge e Santa Maria. Em todas as restantes categorias verificou-se um decréscimo. No gráfico 1 é apresentado um comparativo entre os quantitativos de resíduos que deram entrada de 1 de janeiro a 31 de dezembro de 2017 e no período homólogo de 2016.

Central de Valorização Energética

A CVE recebeu resíduos indiferenciados provenientes de diversas origens:

- Municípios;
- Trituração;
- Mineração;
- Resíduos industriais banais;
- Subprodutos animais;
- Diversos.

Central de Tratamento e Valorização de Resíduos da Ilha Terceira, Biscoito da Achada, Ribeirinha
9700-135 Angra do Heroísmo | Telf: 295216722 | Fax: 295218397 | E-mail: geral@teramb.pt

Neste processo, o calor resultante da queima controlada, por grelhas dos resíduos a uma temperatura superior a 850ºC, é convertido em energia elétrica através de um sistema turbogerador, sendo esta energia exportada para a rede pública através de uma linha de média tensão.

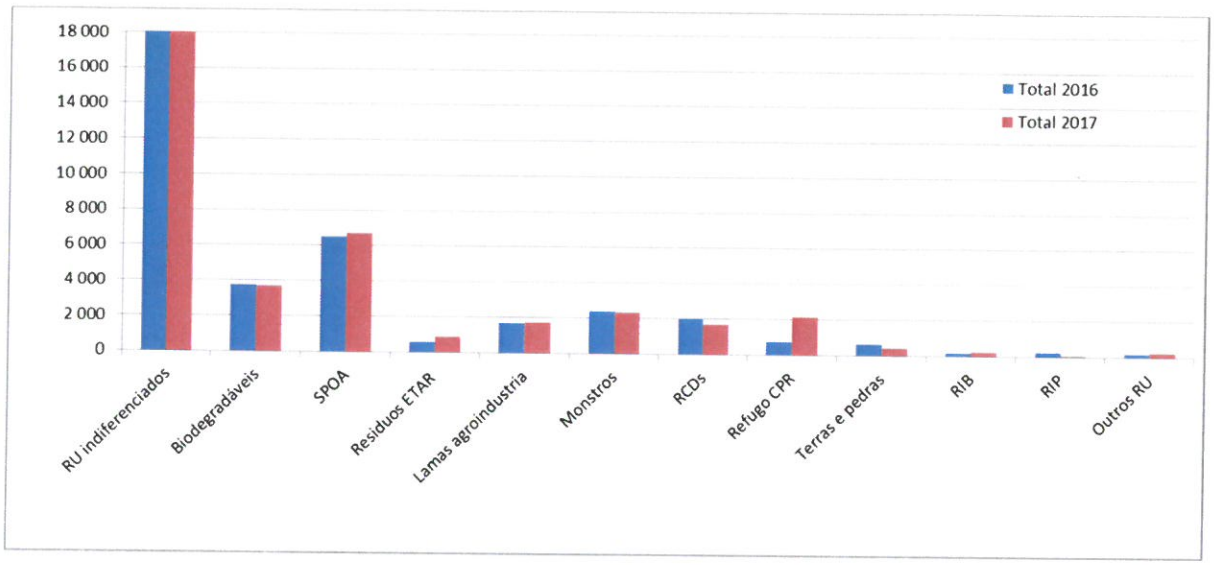


GRÁFICO 1: comparação entre os quantitativos de resíduos que deram entrada na CTVRIT no ano de 2016 e no ano de 2017. Valores em toneladas.

A CVE valorizou cerca de 31096.58 toneladas de resíduos, destacando-se a queima de resíduos provenientes da mineração que neste ano representou cerca de 19% dos resíduos incinerados. A atividade de mineração que a Teramb realiza é única em Portugal, permite ter uma deposição em aterro negativa, evita que se tenha de selar bolsas e definitivamente resolve um importante passivo ambiental. Porém também levanta desafios importantes, seja pelo seu custo, como pela exigência de mão-de-obra e equipamentos, como pelo baixo poder calorífico que cria dificuldades particulares na combustão na CVE e controle das emissões gasosas.

Em termos de energia produziu-se cerca de 11715,33 MWh ano (inclui exportação e autoconsumo), tendo exportado para a rede pública 8658,36 MW. A produção de energia elétrica foi fortemente condicionada durante o ano na sequência das diversas avarias referidas anteriormente. Destaca-se ainda a exportação de energia térmica, cerca de 922,68

Central de Tratamento e Valorização de Resíduos da Ilha Terceira, Biscoito da Achada, Ribeirinha
9700-135 Angra do Heroísmo | Telf: 295216722 | Fax: 295218397 | E-mail: geral@teramb.pt

toneladas de vapor, para o Centro de Processamento de Subprodutos Animais (CPSA) que correspondeu a 2574.28 GJoules de energia.

A eletricidade exportada correspondeu a 4.5 % do total de energia eléctrica produzida na ilha Terceira.

O ano 2017 foi marcado por diversas ocorrências que levaram à impossibilidade de garantir o seu contínuo e regular funcionamento, designadamente:

- Avarias no sistema de alimentação de água à caldeira;
- Avarias no extrator de escórias
- Avaria no sistema de arrefecimento da câmara do alimentador da fornalha;

Deste modo, dos 335 dias previstos para laboração, a central apenas funcionou 232 dias, sendo que 103 esteve parada para resolução de problemas decorrentes da empreitada e os restantes foram devidos às paragens programadas.

As avarias no sistema de alimentação da caldeira, que provocam danos no sistema de bombagem, estavam relacionadas com as seguintes causas:

a) Sobredimensionamento da válvula de regulação do nível da caldeira cujo funcionamento foi limitado posteriormente pelo empreiteiro a 30%;

b) Erros na parametrização nos tempos da rampa de arranque e paragem destes grupos, posteriormente corrigido pelo empreiteiro;

c) Comprimento inadequado na zona de sucção das bombas de alimentação da caldeira.

d) Realinhamento do grupo de bombagem.

e) Criação de espaço para a dilatação da bomba.

As avarias no extrator de escórias, que levaram sucessivamente a ruturas na caixa redutora, estavam relacionadas com um defeito estrutural e colapso das paredes laterias que apresentavam um desvio em alguns pontos superiores a 8 mm, provocando um esforço em todo o sistema. Detetou-se ainda que não tinham sido instalados as proteções elétricas e mecânicas. O empreiteiro procedeu às seguintes correções:

Central de Tratamento e Valorização de Resíduos da Ilha Terceira, Biscoito da Achada, Ribeirinha
9700-135 Angra do Heroísmo | Telf: 295216722 | Fax: 295218397 | E-mail: geral@teramb.pt

a) Substituição das correntes, incluindo guias e respetivos acessórios do tapete;

b) Substituição do motor, caixa redutora, veio e respetivos acessórios;

c) Supervisão dos trabalhos e do arranque;

d) Verificação das proteções elétricas e mecânicas

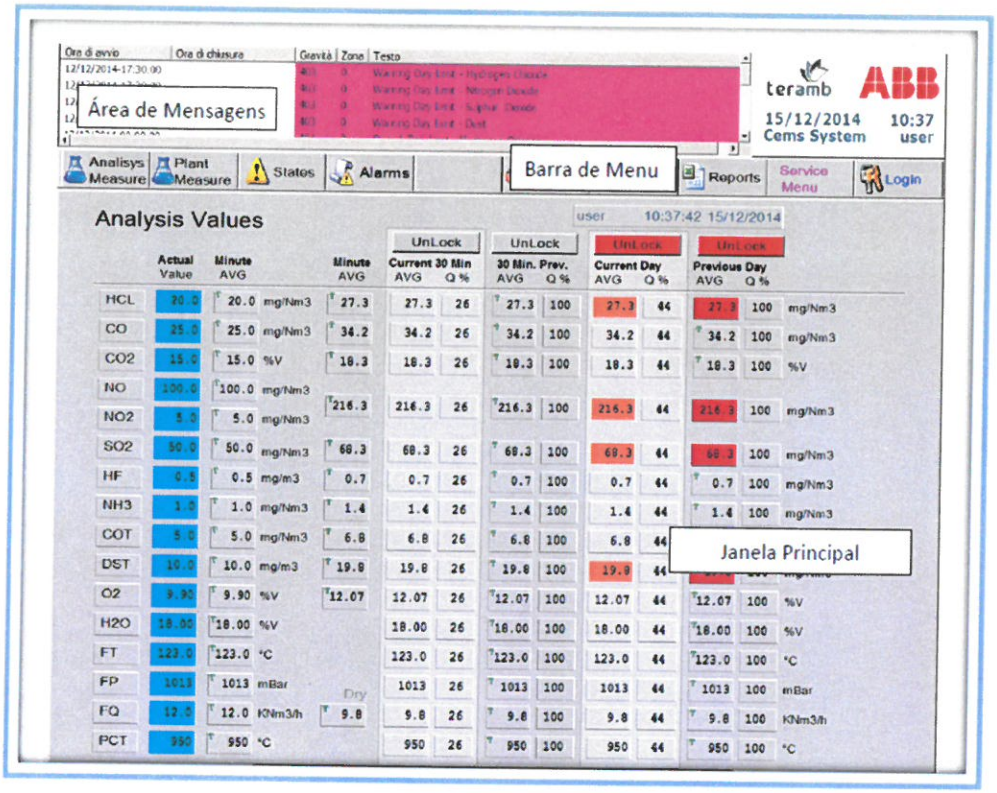
A avaria no sistema de arrefecimento da câmara do alimentador da fornalha, estava relacionada com corrosão acelerada na chapa de proteção deste sistema. Nesse sentido quer o empreiteiro quer a TERAMB recolheram amostras que foram enviadas para laboratório para determinação das causas de corrosão, designadamente as espécies químicas envolvidas. O relatório do laboratório selecionado pela TERAMB apontou para que o material escolhido pelo empreiteiro possui uma baixa resistência à corrosão nas condições utilizados (temperatura acima dos 950ºC em ambiente ácido) aguardando-se que o empreiteiro se pronuncie sobre o mesmo

O sistema de aquisição, processamento, supervisão e impressão de dados da monitorização contínua das emissões atmosféricas da CVE é realizado de acordo com a legislação em vigor. O sistema SCADA (telegestão) inclui uma série de módulos de software feitos especificamente para os processamentos necessários nos sistemas de monitorização de emissões, tais como:

- Cálculo e validação das medições de acordo com os estados dos dispositivos; a validação da medição também compreende a verificação do bom funcionamento dos equipamentos que lhe correspondem.
- Processamento das médias por minuto, de meia em meia hora, horárias, diárias, bidiárias de funcionamento normal, semanais móveis, mensais com funcionamento normal, mensais e anuais e os respetivos índices de disponibilidade. As médias semanais móveis são médias que se referem a um período de 7 dias, não necessariamente iniciado às segundas-feiras.
- Produção autónoma dos relatórios, em formato Excel, relativos aos períodos de observação recomendados

A interface é baseada num conjunto de páginas gráficas que mostram as medidas em tempo real, as medias calculadas, os parâmetros de cálculo, as tendências e os relatórios.

Central de Tratamento e Valorização de Resíduos da Ilha Terceira, Biscoito da Achada, Ribeirinha
9700-135 Angra do Heroísmo | Telf: 295216722 | Fax: 295218397 | E-mail: geral@teramb.pt



De acordo com a atual Licença ambiental e Licença de exploração as emissões de gases de combustão devem ser referidos às condições seguintes: temperatura 273 K, pressão 101,3 KPa, 11% de oxigénio, gás seco. Os valores médios das emissões gasosas a intervalos de trinta minutos devem ser determinados durante o período de funcionamento efetivo, excluindo as fases de arranque e de paragem em que não sejam incinerados quaisquer resíduos, a partir dos valores medidos após a subtração dos valores dos intervalos de confiança. Depois dessa subtração e de normalizado o valor para as condições de referência, sendo a ordem de aplicação das duas correções arbitrária, é então possível estabelecer uma comparação com os valores-limite de emissão respetivos.

O sistema de tratamento dos gases funcionou na normalidade, tendo-se procedido à sua calibração conforme exigências legais.

Da observação de todos estes elementos pode-se constatar que as emissões atmosféricas estiveram controladas durante todo o ano, com exceção dos parâmetros CO (monóxido de carbono) e NOx (óxidos de azoto), verificando-se ultrapassagens esporádicas dos valores limite para estes parâmetros para as médias semi-horárias, mas menos do que o número de horas limite definido pela legislação. Esse facto está relacionado com a dificuldade de manter

Central de Tratamento e Valorização de Resíduos da Ilha Terceira, Biscoito da Achada, Ribeirinha
9700-135 Angra do Heroísmo | Telf: 295216722 | Fax: 295218397 | E-mail: geral@teramb.pt

a temperatura de combustão acima dos 950ºC, devido ao baixo poder calorífico dos resíduos e a sua heterogeneidade.

Instalação de Tratamento e Valorização de Escórias

As escórias com origem na atividade da CVE são encaminhadas para a Unidade de Tratamento e Valorização, onde ocorre a remoção de elementos grosseiros, contaminantes e metais ferrosos. Os metais são encaminhados para reciclagem e as escórias, depois de crivadas a 25 mm, são utilizadas em pavimentações.

Valorização Multimaterial e Aterros

Foram encaminhados para reciclagem 400,91 toneladas de resíduos, correspondendo 83,67% a escórias ferrosas e os restantes 16,33% a materiais que deram entrada no ecocentro e veículos em fim de vida do parque de viaturas apreendidas.

Na atividade da mineração de resíduos, foram recuperados das bolsas do aterro e submetidos posteriormente a valorização energética 5.786,6 toneladas.

Os resíduos de grandes dimensões como monstros e madeiras foram submetidos a uma trituração e valorizados energeticamente.

Os resíduos verdes foram todos encaminhados para a zona de armazenamento da central de valorização orgânica onde foram triturados e valorizados por compostagem, juntamente com as lamas provenientes da estação de tratamento de águas residuais da indústria de laticínios, perfazendo um total de 5.079,93 toneladas.

O Centro de Processamento de Subprodutos Animais, entrou em operação no quarto trimestre de 2016, tendo em 2017 sido encaminhados para esta unidade de tratamento cerca de 4.069,137 toneladas que após tratamento foram encaminhados para a valorização energética.

Este centro está diretamente dependente da operação da CVE uma vez que o esterilizador é alimentado pelo vapor de extração obtido entre os dois andares da turbina, permitindo por um lado fazer o aproveitamento de calor produzido por aquela central e por outro dar um destino adequado de valorização dos subprodutos. O fornecimento de eletricidade para o funcionamento do CPSA foi integralmente assumido pela CVE (conta para o autoconsumo referido anteriormente).

Durante as paragens da CVE o CPSA também interrompe a operação, sendo todos os subprodutos encaminhados diretamente para eliminação em aterro de resíduos banais. Nestes períodos são efetuadas as manutenções do CPSA.

Central de Tratamento e Valorização de Resíduos da Ilha Terceira, Biscoito da Achada, Ribeirinha
9700-135 Angra do Heroísmo | Telf: 295216722 | Fax: 295218397 | E-mail: geral@teramb.pt

Apenas os resíduos que não podiam ser reciclados, valorizados energeticamente ou organicamente foram depositados em aterro. Saliente-se que foram depositados em aterro (D1) 3.224,99 toneladas, das quais cerca de 1.718,7 corresponderam a matéria orgânica que foi depositada nas alturas de paragem da CVE e como já referenciado, da atividade de mineração foram valorizadas 5.786,6 toneladas, o que dá um balanço de -2.561,7 toneladas depositadas.

Abaixo apresenta-se um gráfico comparativo da evolução das operações de tratamento desde a entrada em funcionamento da Teramb, em 2011, até ao presente

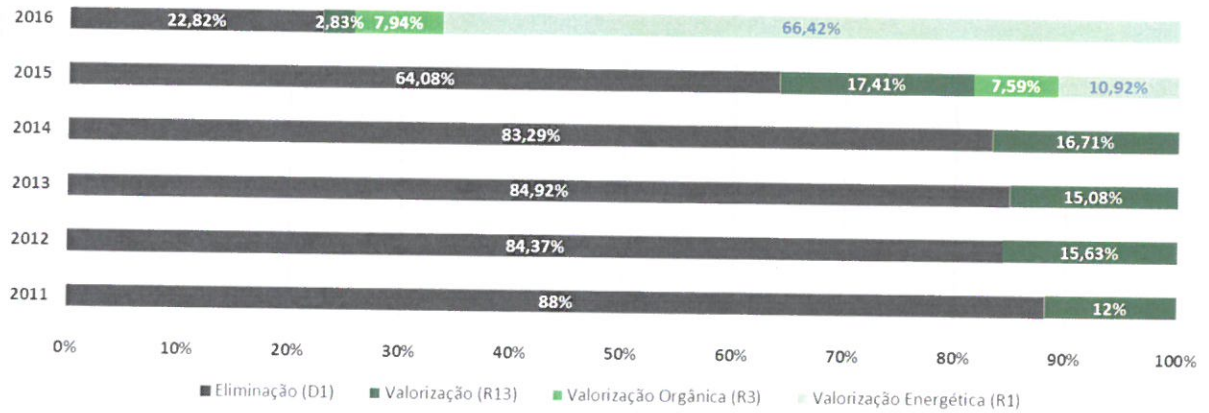


GRÁFICO 2: Evolução das operações de tratamento de resíduos na CTVRIT.

No que se refere ao desempenho ambiental foi cumprido o plano de monitorização ambiental estabelecido na licença ambiental e de exploração, não se tendo verificado irregularidades a registar.

Relativamente à gestão do parque de viaturas apreendidas, deram entrada, 28 viaturas entregues pela Polícia de Segurança Pública, foi enviada para centro de abate 1 viatura e devolvidas 9 aos seus proprietários.

Investimentos

No que concerne ao plano de investimentos para 2017 não foi executado qualquer investimento, porque está-se a ponderar pelo menos duas soluções adicionais para o processamento dos resíduos que têm de ser clarificadas em 2018.

Gestão de Pessoal

Ao nível do quadro de pessoal, no decorrer do ano de 2017 foram contratados 5 colaboradores dos quais 4 para o Departamento da Central de Valorização Energética e 1 para o Departamento da Valorização Multimaterial, Aterros e Logística. Destas 5 contratualizações, 2 foram com as duas técnicas superiores que já se encontravam nesta empresa ao abrigo do Programa Estagiar L, 2 para substituição direta de trabalhador temporariamente impedido de

Central de Tratamento e Valorização de Resíduos da Ilha Terceira, Biscoito da Achada, Ribeirinha
9700-135 Angra do Heroísmo | Telf: 295216722 | Fax: 295218397 | E-mail: geral@teramb.pt

trabalhar por motivo de baixa médica e um para assumir as responsabilidades na implementação e acompanhamento do plano de manutenção e instalações elétricas da CVE.

No que se refere a saídas houve duas, sendo uma por resolução do contrato de cedência por interesse público e um por resolução do contrato de trabalho. Assim, a 31 de dezembro a Teramb contava com 31 colaboradores, 19 afetos ao departamento da Central de Valorização Energética, sendo 1 diretor técnico, 3 técnicos superiores, 5 chefes de turno, 10 operários e 15 afetos ao departamento de Valorização Multimaterial, Aterros e Logística, 1 diretor técnico, 2 técnicos superior, 1 encarregado, 1 administrativo e 10 operários.

3. ANÁLISE DA SITUAÇÃO FINANCEIRA

No período em referência o volume de negócios foi de 1.734.244,17 €, o que representa uma percentagem de cerca de 55% relativamente ao orçamentado, portanto abaixo do esperado e refere-se 69,73% à prestação de serviços de tratamento de resíduos e 30,27 % a vendas, essencialmente como resultado da venda de eletricidade produzida pela CVE. A estes valores acresce 18.333,00€ de subsídio à exploração, resultante do apoio do programa Integra e do Programa PIIE. Acresce também 1.295.482,00 € proveniente essencialmente da imputação de subsídio ao investimento concedido pelo POVT. Relativamente a este subsídio foram já apresentados e recebidos todos os pedidos de pagamento no montante global final de 35.383.920,12€. Assim, já se encontra reconhecido o montante total de 2.983.261,19€, dos quais 1.295.481,16€, reportados à data de 31 de dezembro.

A nota justificativa do cálculo destes últimos valores pode ser observada no ponto 23 e 31 do documento Anexo às Demonstrações Financeiras.

Comparativamente ao período homólogo de 2016, verifica-se uma diminuição de 7,85 % no Volume de Negócios, muito como resultado das avarias na CVE o que diminuiu as vendas de eletricidade produzida na CVE. É de salientar que estas perdas mereceram uma ampla discussão com o empreiteiro, que resultou num acordo entre estas duas empresas, no qual o empreiteiro terá de providenciar diversos serviços e equipamentos como forma de ressarcir a Teramb. Efetivamente este acordo já está em vigor e o empreiteiro está a cumprir com as suas obrigações.

Central de Tratamento e Valorização de Resíduos da Ilha Terceira, Biscoito da Achada, Ribeirinha
9700-135 Angra do Heroísmo | Telf: 295216722 | Fax: 295218397 | E-mail: geral@teramb.pt

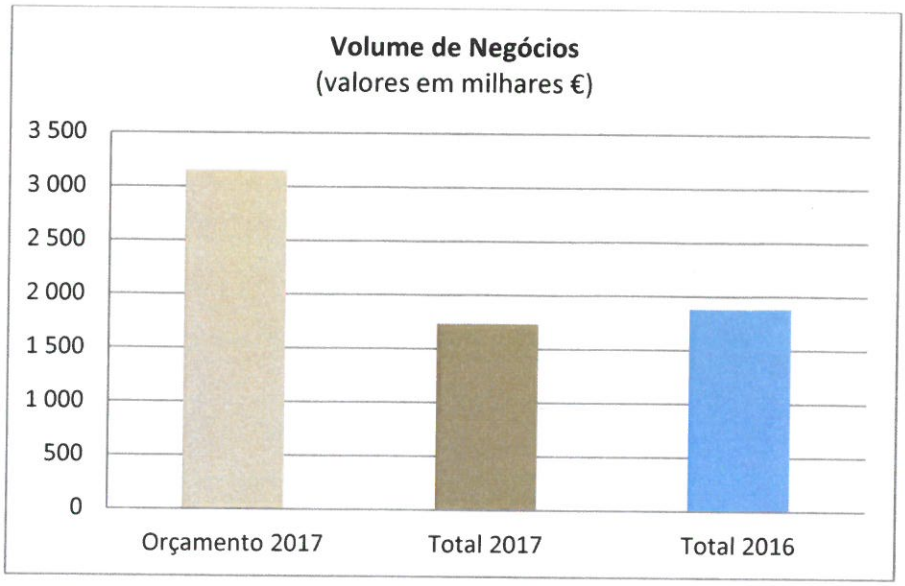
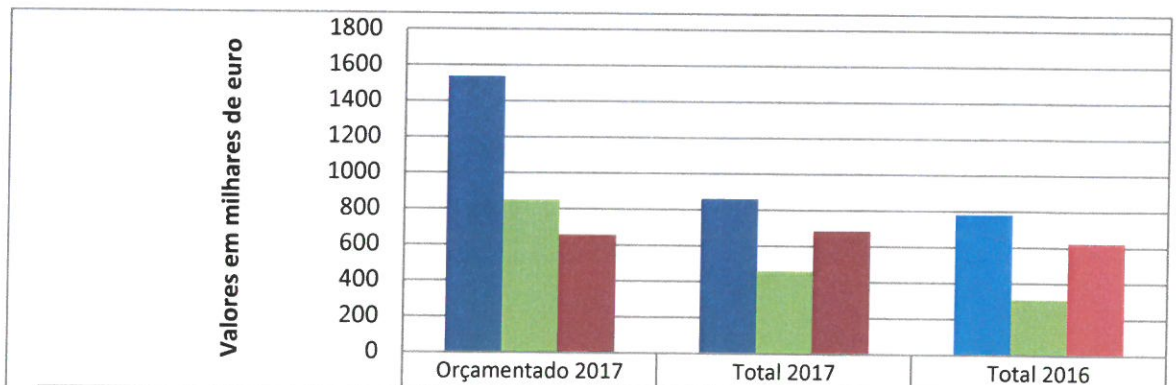


Gráfico 3: representação do volume de negócios previsto para 2017, do obtido no fecho do exercício de 2017 e comparação entre estes e os valores realizados no período homólogo de 2016

Os gastos, com um valor de 859.491,88 €, representam uma execução orçamental de 55,94%, o custo das mercadorias vendidas e das matérias consumidas, foi de 460.468,56, 54,28% do orçamentado, enquanto os gastos com o pessoal ascendem a 683.836,66€, correspondendo a uma execução orçamental na ordem dos 104,42 %. À semelhança do referido nos fechos intercalares de 2017 e de uma forma global, todos os valores encontram-se abaixo do orçamentado, denotando uma gestão de enorme contenção. A exceção são os gastos com o pessoal com um resultado ligeiramente acima do orçamentado muito em parte pelo esforço que foi despendido na mineração de resíduos, tornando-se necessário a realização de trabalho extraordinário essencialmente durante o 1º e o 4º trimestre e a contratualização de mais 3 técnicos que entraram em funções um a 14 de agosto, um a 1 de setembro e outro a 1 de dezembro.

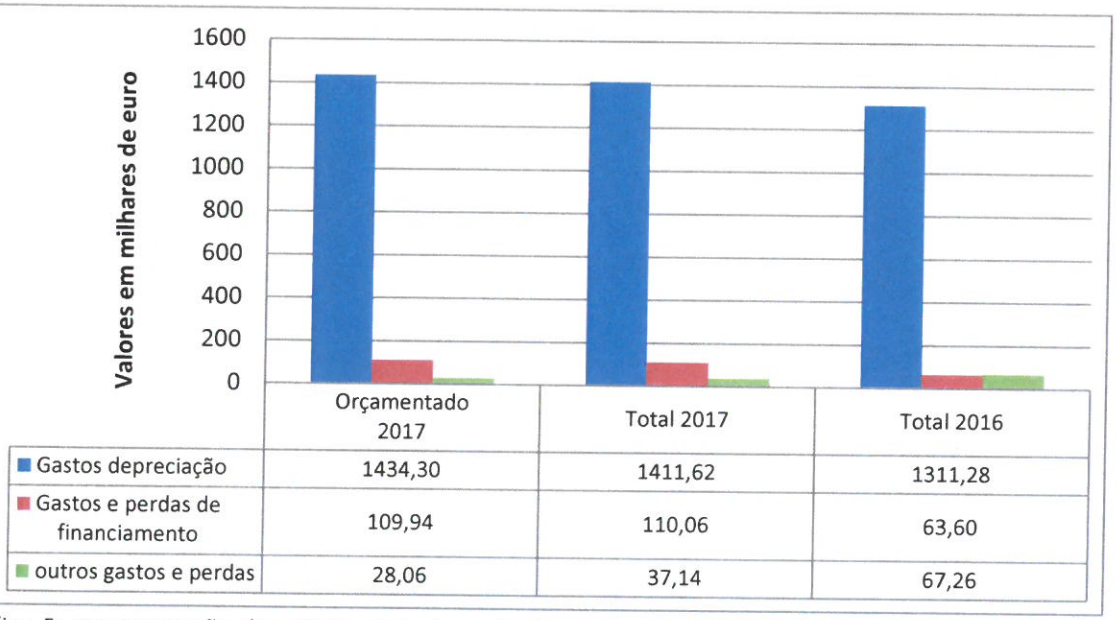


	Orçamentado 2017	Total 2017	Total 2016
Despesas Correntes	1536,58	859,49	779,96
Custo das mercadorias vendidas e das matérias consumidas	848,34	460,47	308,48
Gastos com pessoal	654,91	683,84	623,01

Central de Tratamento e Valorização de Resíduos da Ilha Terceira, Biscoito da Achada, Ribeirinha
9700-135 Angra do Heroísmo | Telf: 295216722 | Fax: 295218397 | E-mail: geral@teramb.pt

Gráfico 4: representação do volume de despesas correntes, custo das mercadorias vendidas e das matérias consumidas e gastos com pessoal previsto para 2017, dos valores obtidos fecho do exercício de 2017 e comparação entre estes e os valores realizados no período homólogo de 2016.

No que se refere aos gastos associados ao investimento e aos outros gastos e perdas, verifica-se que os gastos de depreciação e de amortização, no valor de 1.411.624,39 €, representam 98,42 % do orçamentado enquanto os gastos e perdas de financiamento ascendem a 110.061,63 €, 100,12 % do orçamentado e os outros gastos e perdas cifram 37.137,24 €, portanto 132,33 % do previsto.



	Orçamentado 2017	Total 2017	Total 2016
Gastos depreciação	1434,30	1411,62	1311,28
Gastos e perdas de financiamento	109,94	110,06	63,60
outros gastos e perdas	28,06	37,14	67,26

Gráfico 5: representação dos gastos com depreciação, gastos e perdas de financiamento e outros gastos e perdas previsto para 2017, dos valores obtidos fecho do exercício de 2017 e comparação entre estes e os valores realizados no período homólogo de 2016.

4. BALANÇO E RESULTADOS

O total do Ativo Corrente da TERAMB ascendeu a 1.615.130,63 €, enquanto o passivo totalizou 8.167.679,86 €. No que se refere aos capitais próprios, estes apresentam um total de 28.972.052,31 €, sendo 1.950.000,00 € correspondente ao capital subscrito, 25.918,09 € a reservas legais, 49.697,44 € a outras reservas, 137.705,78 € relativos a resultados transitados, 27.326.232,41 € de outras variações do capital próprio. A estes valores foram somados -517.501,41 € provenientes do resultado líquido do período.

Para o financiamento do projeto foi contratualizado um empréstimo na Caixa Económica da Misericórdia de Angra do Heroísmo no valor global de 5.000.000,00 €, sob a forma de descoberto eventual reembolsável. Em outubro de 2017 o valor à data em dívida no montante

Central de Tratamento e Valorização de Resíduos da Ilha Terceira, Biscoito da Achada, Ribeirinha
9700-135 Angra do Heroísmo | Telf: 295216722 | Fax: 295218397 | E-mail: geral@teramb.pt

de 2.200.000,00€, foi convertido num financiamento amortizável em 11 anos, com um período de carência de capital de 12 meses.

Na fase inicial deste financiamento a Administração optou pela sua não capitalização nos ativos a que se encontram associados, política esta que veio a ser alterada em 2015, tendo capitalizado um total acumulado de 261.426,85€. Em 2017, relativamente a este financiamento, não foram capitalizados quaisquer valores.

As respetivas quantias líquidas escrituradas e o respetivo registo em passivos correntes e não correntes, encontram-se descritos no Quadro 11 dos "Quadros Anexos às Demonstrações Financeiras", em anexo.

Em suma, no período em referência a empresa faturou 1.734.244,17 € (valor sem IVA) tendo como resultados operacionais antes de impostos -516.338,93 €.

5. Demais Informações Exigidas por Diplomas Legais

O Conselho de Administração informa que não concedeu quaisquer autorizações nos termos do n.º 1 do artigo 397.º do Código das Sociedades Comerciais.

O Conselho de Administração informa que esta Sociedade tem a sua situação contributiva regularizada perante a Segurança Social. O mesmo sucedendo com a administração fiscal.

6. Resultados

Tal como anteriormente referido, o Resultado Líquido da sociedade no exercício de 2017 foi de -517.501,41 €.

7. Nota Final

A finalizar, queremos expressar um agradecimento a todos os colaboradores que de forma direta ou indireta contribuíram de forma exemplar para os resultados desta empresa, bem como a todas as entidades, nomeadamente a Câmara Municipal de Angra do Heroísmo,

Central de Tratamento e Valorização de Resíduos da Ilha Terceira, Biscoito da Achada, Ribeirinha
9700-135 Angra do Heroísmo | Telf: 295216722 | Fax: 295218397 | E-mail: geral@teramb.pt

Câmara Municipal da Praia da Vitória, Serviços Municipalizados de Angra do Heroísmo e Praia Ambiente, EM.

Angra do Heroísmo, 27 de Março de 2017

O Conselho de Administração

Paula Cristina Pereira de Azevedo Pamplona Ramos

Raquel Gomes Caetano Ferreira

Paulo Ferreira Mendes Monjardino

Central de Tratamento e Valorização de Resíduos da Ilha Terceira, Biscoito da Achada, Ribeirinha
9700-135 Angra do Heroísmo | Telf: 295216722 | Fax: 295218397 | E-mail: geral@teramb.pt

DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS

Central de Tratamento e Valorização de Resíduos da Ilha Terceira, Biscoito da Achada, Ribeirinha
9700-135 Angra do Heroísmo | Telf: 295216722 | Fax: 295218397 | E-mail: geral@teramb.pt

TERAMB-Emp. Munici. Gest. Valor. Ambiental IT, EM

BALANÇO

31. Dezembro. 2017

(Montantes expressos em euros)

ACTIVO	Notas	31 Dezembro 2017	31 Dezembro 2016
ATIVO NÃO CORRENTE:			
Ativos fixos tangiveis	8	35.228.348,73	36.625.491,46
Ativos intangíveis	7	293.744,95	305.176,18
Outros investimentos financeiros	28	2.069,75	1.774,89
Créditos a receber	28	438,11	-
		35.524.601,54	36.932.442,53
ATIVO CORRENTE:			
Inventários	19	291.952,96	101.608,79
Clientes	28	518.330,94	1.037.942,23
Estado e outros entes públicos	28	45.199,61	93.697,67
Outros créditos a receber	28	238.014,30	461.837,37
Diferimentos	28	12.945,92	11.383,16
Caixa e depósitos bancários	4	508.686,90	156.728,84
		1.615.130,63	1.863.198,06
Total do ativo		37.139.732,17	38.795.640,59
CAPITAL PRÓPRIO E PASSIVO			
CAPITAL PRÓPRIO:			
Capital subscrito	6	1.950.000,00	1.950.000,00
Reservas legais		25.918,09	23.056,40
Outras reservas		49.697,44	38.250,67
Resultados transitados		137.705,78	138.141,10
Ajustamentos / Outras variações no capital próprio	23	27.326.232,41	28.404.072,74
		29.489.553,72	30.553.520,91
Resultado líquido do período	5	(517.501,41)	13.873,14
Total do capital próprio		28.972.052,31	30.567.394,05
PASSIVO:			
PASSIVO NÃO CORRENTE:			
Financiamentos obtidos	11/28	1.998.141,45	2.200.000,00
Outras dividas a pagar	28	5.200.965,97	5.418.606,80
		7.199.107,42	7.618.606,80
PASSIVO CORRENTE:			
Fornecedores	5/28	438.180,35	158.101,65
Estado e outros entes publicos	28	18.317,37	18.821,83
Financiamentos obtidos	11/28	173.764,34	-
Outras dividas a pagar	28	332.597,55	408.670,43
Diferimentos	28	5.712,83	24.045,83
Total do passivo corrente		968.572,44	609.639,74
Total do passivo		8.167.679,86	8.228.246,54
Total do capital próprio e do passivo		37.139.732,17	38.795.640,59

O anexo faz parte integrante do Balanço em: 31. Dezembro. 2017

Contabilista Certificada
Nº 37799

(Paula Cristina Nunes Azevedo Santos)

O Conselho de Administração

(Paula Cristina Pereira de Azevedo Pamplona Ramos)

(Raquel Gomes Caetano Ferreira)

(Paulo Ferreira Mendes Monjardino)

TERAMB-Emp. Munici. Gest. Valor. Ambiental IT, EM

DEMONSTRAÇÃO DOS RESULTADOS POR NATUREZAS

31. Dezembro. 2017

(Montantes expressos em euros)

RENDIMENTOS E GASTOS	Notas	2017	2016
Vendas e serviços prestados	21	1.734.244,17	1.881.887,94
Subsídios à exploração	23	18.333,00	10.094,17
Custo das mercadorias vendidas e das matérias consumidas	19	-460.468,56	-308.481,92
Fornecimentos e serviços externos	5/10/31	-859.491,88	-780.343,48
Gastos com o pessoal	29	-683.836,66	-623.013,80
Imparidade de dívidas a receber (perdas / reversões)	13	-18,99	-37,98
Aumentos / reduções de justo valor	28	-1.758,75	-239,24
Outros rendimentos e ganhos	23/31	1.295.482,00	1.277.503,41
Outros gastos	5/31	-37.137,24	-67.310,58
Resultado antes de depreciações, gastos de financiamento e impostos		1.005.347,09	1.390.058,52
Gastos / reversões de depreciação e de amortização	7/8	-1.411.624,39	-1.311.282,43
Resultado operacional (antes de gastos de financiamento e impostos)		-406.277,30	78.776,09
Juros e gastos similares suportados	11	-110.061,63	-63.604,19
Resultado antes de impostos		-516.338,93	15.171,90
Imposto sobre o rendimento do período	26	-1.162,48	-1.298,76
Resultado líquido do período	5	-517.501,41	13.873,14

O anexo faz parte integrante do Balanço em: 31. Dezembro. 2017

Contabilista Certificada
Nº 37799

(Paula Cristina Nunes Azevedo Santos)

O Conselho de Administração

(Paula Cristina Pereira de Azevedo Pamplona Ramos)

(Raquel Gomes Caetano Ferreira)

(Paulo Ferreira Mendes Monjardino)

ANEXO ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS

1. IDENTIFICAÇÃO DA ENTIDADE

1.1 Designação da Entidade: TERAMB - Empresa Municipal de Gestão e Valorização Ambiental da Ilha Terceira, EEM

1.2 Sede: Aterro Sanitário Intermunicipal da Ilha Terceira, Biscoito da Achada, freguesia de Ribeirinha, concelho de Angra do Heroísmo

1.3. Natureza: EM - Empresa Pública Municipal

1.4 Área de Intervenção: A área de intervenção geográfica da sociedade coincide com a Região Autónoma dos Açores, em particular na ilha Terceira

1.5 NIPC: 509 620 515

1.6 Natureza da Atividade: Empresa Municipal de gestão e valorização energética de resíduos, encarregada prioritariamente dos serviços de interesse geral de gestão, tratamento e valorização de resíduos sólidos urbanos dos municípios de Angra do Heroísmo e Praia da Vitória. Exerce atividades no âmbito da construção, gestão, exploração, tratamento e valorização de sistemas de resíduos sólidos, de abastecimento de águas e de energias renováveis. Pode ainda exercer atividades acessórias relacionadas com o seu objeto, designadamente, atividades complementares ou subsidiárias à recolha e tratamento de atividades complementares ou subsidiárias à recolha e tratamento de resíduos sólidos e de higiene pública, sistemas de informação geográfica. Para assegurar a realização do seu objeto, poderá, nos termos da legislação aplicável, participar em empresas ou outras formas organizativas permitidas por lei. Para efeitos do número anterior, poderá delegar as suas atribuições nos termos legais (CAE-38212-R3)

1.7 Sempre que não exista outra referência os montantes encontram-se expressos em euros, sendo o euro a moeda funcional e de apresentação.

2. REFERENCIAL CONTABILISTICO DE PREPARAÇÃO DAS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS

2.1 - As demonstrações financeiras foram preparadas de acordo com o Sistema de Normalização Contabilística (SNC), aprovado pelo Decreto-Lei nº 158/2009, de 13 de julho com as retificações da Declaração de Retificação n.º 67-B/2009 de 11 de Setembro e com as alterações introduzidas pela Lei n.º 20/2010 de 23 de Agosto e Decreto-Lei nº 98/2015 de 2 de junho, aplicando-se o nível de normalização contabilística correspondente às 28 normas contabilísticas e de relato financeiro (NCRF), com as consequentes adaptações em função das necessidades de relato financeiro da sociedade.

2.2 - Todos os bens considerados ativos fixos tangíveis com valor inferior a 1.000€ e cuja vida útil estimada seja reduzida, são levados a gastos do exercício, dada a sua imaterialidade, pelo que é derrogado o §7 da NCRF nº7. Salvo esta exceção, não existiram, no decorrer do exercício a que respeitam estas demonstrações financeiras, outros casos excecionais que implicassem a derrogação de qualquer disposição prevista pelas NCRF.

2.3 - O conteúdo das contas das demonstrações financeiras é comparável com o do ano anterior.

3. PRINCIPAIS POLÍTICAS CONTABILISTICAS

As principais políticas contabilísticas adotadas pela Entidade na preparação das demonstrações financeiras anexas são as seguintes:

3.1 - Bases de apresentação e mensuração usadas na preparação das demonstrações financeiras:

As demonstrações financeiras anexas, foram preparadas a partir dos registos contabilísticos da sociedade, de acordo com as bases de apresentação das demonstrações financeiras previstas nas NCRF.

O processo para determinar as quantias monetárias pelas quais os elementos das demonstrações financeiras foram reconhecidos e inscritos no balanço e na demonstração dos resultados, foi baseado no custo histórico onde os ativos são registados pela quantia de caixa, ou equivalentes de caixa paga ou ao justo valor da retribuição dada para os adquirir no momento da sua aquisição e os passivos são registados pela quantia dos proveitos recebidos em troca da obrigação, ou em algumas circunstâncias (por exemplo, impostos sobre o rendimento), pelas quantias de caixa, ou de equivalentes de caixa, que se espera que venham a ser pagas para satisfazer o passivo no decurso normal dos negócios.

3.1.1 - Pressuposto da Continuidade:

No âmbito do pressuposto da continuidade, a entidade avaliou a informação de que dispõe e as suas expetativas futuras, tendo em conta a capacidade da entidade prosseguir com o seu negócio. Da avaliação resultou que o negócio tem condições de prosseguir presumindo-se a sua continuidade.

3.1.2 - Pressuposto do Acréscimo:

Os elementos das demonstrações financeiras são reconhecidos logo que satisfeitas as definições e os critérios de reconhecimento de acordo com a estrutura conceptual, independentemente do momento do pagamento ou do recebimento.

A Empresa regista os seus rendimentos e gastos de acordo com o regime do acréscimo, pelo qual os rendimentos e ganhos são reconhecidos à medida que são gerados, independentemente do momento em que são recebidos ou pagos. As diferenças entre os montantes recebidos e pagos e os correspondentes rendimentos e gastos são registados nas rubricas de "devedores e credores por acréscimos e diferimentos".

3.1.3 - Consistência de Apresentação:

A apresentação e classificação de itens nas demonstrações financeiras está consistente de um período para o outro.

3.1.4 - Materialidade e Agregação:

A materialidade depende da dimensão e da natureza da omissão ou do erro, ajuizados nas circunstâncias que os rodeiam. Considera-se que as omissões ou declarações incorretas de itens são materialmente relevantes se puderem, individual ou coletivamente, influenciar as decisões económicas tomadas por parte dos utentes com base nas demonstrações financeiras. Um item que não seja materialmente relevante para justificar a sua apresentação separada na face das demonstrações financeiras pode porém ser materialmente relevante para que seja apresentado separadamente nas notas do presente anexo.

As demonstrações financeiras resultam do processamento de grandes números de transações ou outros acontecimentos que são agregados em classes de acordo com a sua natureza ou função. A fase final do processo de agregação e classificação é a apresentação de dados condensados e classificados que formam linhas de itens na face do balanço, na demonstração dos resultados, na demonstração de alterações no capital próprio e na demonstração de fluxos de caixa e no anexo.

3.1.5 - Compensação:

Os ativos e os passivos, os rendimentos e os gastos, não são compensados exceto quando tal for exigido ou permitido por uma NCRF. Assim, o rédito deve ser mensurado tomando em consideração a quantia de quaisquer descontos comerciais e abatimentos de volume concedidos pela Entidade. A Entidade empreende, no decurso das suas atividades ordinárias, outras transações que não geram rédito mas que são inerentes às principais atividades que o geram. Os resultados de tais transações são apresentados, quando esta apresentação reflita a substância da transação ou outro acontecimento, compensando qualquer rendimento com os gastos relacionados resultantes da mesma transação.

Os ganhos e perdas provenientes de um grupo de transações semelhantes são relatados numa base líquida, por exemplo, ganhos e perdas de diferenças cambiais ou ganhos e perdas provenientes de instrumentos financeiros detidos para negociação. Estes ganhos e perdas são relatados separadamente se forem materialmente relevantes.

3.1.6 - Informação Comparativa:

A informação está comparativa com respeito ao período anterior para todas as quantias relatadas nas demonstrações financeiras. A informação comparativa foi incluída para a informação narrativa e descritiva quando é relevante para uma compreensão das demonstrações financeiras do período corrente, a menos que uma NCRF o permita ou exija de outra forma.

A informação narrativa proporcionada nas demonstrações financeiras relativa a períodos anteriores que continua a ser relevante no período corrente é divulgada novamente.

A comparabilidade da informação inter-períodos é continuamente objeto de aperfeiçoamento com o intuito de ser cada vez mais um instrumento de ajuda aos utentes permitindo-lhes tomar decisões económicas e avaliar as tendências na informação financeira para finalidades de previsão.

3.2 - Políticas de Reconhecimento e Mensuração:

A preparação das demonstrações financeiras em conformidade com as NCRF requer o uso de estimativas, pressupostos e julgamentos críticos no processo da determinação das políticas contabilísticas a adotar pela empresa, com impacto significativo no valor contabilístico dos ativos e passivos, assim como nos rendimentos e gastos do período de reporte.

Apesar de estas estimativas serem baseadas na melhor experiência da Administração e nas suas melhores expetativas em relação aos eventos e ações correntes e futuras, os resultados atuais e futuros podem diferir destas estimativas.

As notas constantes deste Anexo respeitam uma numeração fixa, contemplando as notas definidas na legislação aplicável (NCRF), em conjugação com as notas exigidas no Anexo A da IES - Informação Empresarial Simplificada, declaração a partir da qual é feita a prestação de contas da sociedade, nos termos previstos no Código das Sociedades Comerciais, sendo de referir que as não incluídas não são aplicáveis ou significativas para a compreensão das demonstrações financeiras.

As políticas de reconhecimento e mensuração encontram-se indicadas em cada uma das notas deste anexo.

3.3 - Juízos de Valor e Principais Fontes de Incerteza Associadas a Estimativas:

Na preparação das demonstrações financeiras anexas foram efectuados juízos de valor e estimativas e utilizados diversos pressupostos que afetam as quantias relatadas de ativos e passivos, assim como as quantias relatadas de rendimentos e gastos do período.

As estimativas e os pressupostos subjacentes foram determinados com base no melhor conhecimento existente à data de aprovação das demonstrações financeiras dos eventos e transações em curso, assim como na experiência de eventos passados e/ou correntes. Contudo, poderão ocorrer situações em períodos subsequentes que, não sendo previsíveis à data de aprovação das demonstrações financeiras, não foram consideradas nessas estimativas. As alterações às estimativas que ocorram posteriormente à data das demonstrações financeiras serão corrigidas de forma prospetiva. Por este motivo e dado o grau de incerteza associado, os resultados reais das transações em questão poderão diferir das correspondentes estimativas.

3.3.1 - Estimativas contabilísticas relevantes:

Provisões

A empresa analisa de forma periódica eventuais obrigações que resultem de eventos passados e que devam ser objeto de reconhecimento ou divulgação.

A subjectividade inerente à determinação da probabilidade e montante de recursos internos necessários para o pagamento das obrigações poderá conduzir a ajustamentos significativos, quer por variação dos pressupostos utilizados, quer pelo futuro reconhecimento de provisões anteriormente divulgadas como passivos contingentes.

À data de 31 de dezembro de 2017, a empresa não registou qualquer provisão por não ser aplicável.

Ativos tangíveis e intangíveis

A determinação das vidas úteis dos ativos, bem como o método de depreciação e amortização a aplicar, é essencial para determinar o montante dos gastos desta natureza a reconhecer na demonstração dos resultados de cada exercício.

Estes dois parâmetros são definidos de acordo com o melhor julgamento da Administração para os ativos e negócios em questão, considerando também as práticas adotadas por empresas do sector ao nível internacional, tendo em consideração o caráter de reversibilidade de determinadas classes de ativos.

Imparidade

A determinação de uma eventual perda por imparidade pode ser despoletada pela ocorrência de diversos eventos, muitos dos quais fora da esfera de influência da empresa tais como: a disponibilidade futura de financiamento, o custo de capital, bem como por quaisquer outras alterações, quer internas quer externas, à empresa.

A identificação dos indicadores de imparidade, a estimativa de fluxos de caixa futuros e a determinação do justo valor de ativos implicam um elevado grau de julgamento por parte da Administração no que respeita à identificação e avaliação dos diferentes indicadores de imparidade, fluxos de caixa esperados, taxas de desconto aplicáveis, vidas úteis e valores residuais.

3.4. - Principais Pressupostos Relativos ao Futuro:

As demonstrações financeiras anexas foram preparadas no pressuposto da continuidade das operações, a partir dos registos contabilísticos da sociedade. Os eventos após a data do balanço que proporcionem informação adicional sobre condições que existiam nessa data são refletidos nas demonstrações financeiras.

Caso existam eventos materialmente relevantes após a data do balanço, são divulgados no anexo às demonstrações financeiras.

4. FLUXOS DE CAIXA

Na divulgação dos fluxos de caixa, foi utilizado o método direto, o qual nos dá informação acerca dos componentes principais de recebimentos e pagamentos numa base líquida, obtidos a partir dos registos contabilísticos da sociedade.

No fluxo operacional relativo aos "pagamentos ao pessoal", encontram-se registados os valores líquidos efetivamente pagos ao pessoal, sendo que os encargos relacionados com impostos em que a sociedade atua como responsável pela liquidação, retenção e entrega das respetivas importâncias encontram-se registados no fluxo operacional "pagamento/recebimento do imposto sobre o rendimento".

O fluxo da atividade de investimento relativo a "juros e rendimentos similares", está registado numa base líquida, encontrando-se aqui registados os montantes efetivamente recebidos pela empresa.

A desagregação dos valores inscritos em caixa e seus equivalentes no fim do período encontram-se desagregados no Quadro 4 dos "Quadros Anexos às Demonstrações Financeiras" em anexo.

Os montantes incluídos na rubrica caixa e seus equivalentes correspondem aos valores em caixa, depósitos bancários, e aplicações de tesouraria, imediatamente mobilizáveis, líquidos de descobertos bancários e outros financiamentos de curto prazo equivalentes.

5. POLÍTICAS CONTABILÍSTICAS, ALTERAÇÕES NAS ESTIMATIVAS CONTABILÍSTICAS E ERROS

5.1 - Alterações em estimativas contabilísticas com efeito no período corrente ou que se espera que tenham efeito em períodos futuros:

Não se verificaram alterações em estimativas contabilísticas.

5.2 - Alterações em políticas contabilísticas com efeito no período corrente ou que se espera que tenham efeito em períodos futuros:

Não se verificaram alterações nas políticas contabilísticas.

5.1 - Erros materialmente relevantes de períodos anteriores:

Foram detetados alguns erros materialmente irrelevantes, relativamente a períodos anteriores, no montante total de -435,32€, os quais porém, são corrigidos por reexpressão retrospetiva, nas correspondentes rubricas dos exercícios correspondentes (2016), de acordo com a NCRF 4, pelo que o comparativo reexpresso elaborado, respeita a característica da comparabilidade.

Para o efeito, o comparativo de 2016 foi ajustado retrospetivamente no valor global de -435,32€, nas rubricas constantes do Quadro 5 dos "Quadros Anexos às Demonstrações Financeiras" em anexo.

6. PARTES RELACIONADAS

6.1. - Entidades que participam no capital da empresa

A sociedade foi constituída em 01.11.2010, tendo início de atividade efetivo em janeiro de 2011. Participam no capital da sociedade os Municípios de Angra do Heroísmo e Praia da Vitória, com 60% e 40%, respetivamente.

6.2. - Remuneração dos administradores

Até 31 de dezembro de 2017, manteve-se a situação de apenas um dos administradores da sociedade auferir valores a título de remuneração, pelo exercício das respetivas funções. Neste exercício encontra-se registado o montante bruto de 19.563,17€ a título de remunerações e 3.901,17€ como encargos sobre essas mesmas remunerações.

6.3. - Transações entre partes relacionadas

As transações efetuadas durante 2017, entre a sociedade e os acionistas, bem como com os administradores ou entidades com estes relacionados, são as constantes do Quadro 6 dos "Quadros Anexos às Demonstrações Financeiras" em anexo.

7. ATIVOS INTANGÍVEIS

Os ativos fixos intangíveis adquiridos são registados pelo seu custo de aquisição e a sua mensuração subsequente assenta no modelo do custo deduzido de amortizações e eventuais perdas por imparidade acumuladas.

As amortizações são calculadas após o momento em que o bem se encontra em condições de ser utilizado, de acordo com o método da linha reta, em conformidade com o período de vida útil estimado para cada grupo de bens, conforme o previsto no Decreto Regulamentar nº 25/2009, de 14 de setembro.

O ganho ou a perda resultante da alienação ou abate de um ativo intangível é determinado como a diferença entre o montante recebido na transação e a quantia escriturada do ativo, sendo reconhecido em resultados no período em que ocorra.

Os ativos intangíveis (independentemente da forma como são adquiridos ou gerados) com vida útil indefinida podem ser amortizados num período máximo de 10 anos.

A 31 de dezembro de 2017 a empresa tem registado por doação no exercício de 2013, a constituição do direito de superfície, com uma vida útil de trinta anos, no montante líquido de 293.744,95€, relativamente ao prédio urbano inscrito na matriz sob os artigos 169 e 2038, pertencente ao Município de Angra do Heroísmo.

A quantia escriturada bruta, as amortizações acumuladas, reconciliação da quantia escriturada no início e no fim do período mostrando as adições, os abates, as amortizações, as perdas por imparidade e suas reversões e outras alterações, encontram-se desenvolvidas no Quadro 7 dos "Quadros Anexos às Demonstrações Financeiras", em anexo.

8. ATIVOS FIXOS TANGÍVEIS

Os ativos fixos tangíveis são inicialmente registados ao custo de aquisição ou produção, o qual inclui o custo de compra, quaisquer custos diretamente atribuíveis às atividades necessárias para colocar os ativos na localização e condição

necessárias para operarem da forma pretendida e, quando aplicável, a estimativa inicial dos custos de desmantelamento e remoção dos ativos e de restauração dos respetivos locais de instalação ou operação dos mesmos que a sociedade espera vir a incorrer, deduzidos das depreciações, as quais são acumuladas após a data em que os bens estejam disponíveis para serem utilizados, pelo método da linha reta, em conformidade com o período de vida útil estimado de acordo com as taxas previstas no Decreto Regulamentar nº 25/2009, de 14 de setembro, em sistema de duodécimos. As taxas de depreciação aplicadas à globalidade dos ativos fixos tangíveis resumem-se como se segue:

- Edifícios e outras construções: entre 20 e 50 anos
- Equipamento básico: entre 5 e 12 anos
- Equipamento de transporte: entre 4 e 10 anos
- Equipamento administrativo: entre 3 e 16 anos
- Outros ativos fixos tangíveis: entre 3 e 16 anos

As vidas úteis e o método de depreciação dos vários bens são revistos anualmente. O efeito de alguma alteração a estas estimativas será reconhecido prospetivamente na demonstração dos resultados.

Os encargos com conservação e reparação que não aumentem a vida útil dos ativos nem resultem em benfeitorias ou melhorias significativas nos elementos dos ativos fixos tangíveis são registadas como gastos do exercício.

Os ativos fixos tangíveis que possam estar em curso à data do termo do exercício, representam ativos que ainda não se encontram em condições necessárias ao seu funcionamento/utilização. Estes ativos fixos tangíveis passarão a ser depreciados a partir do momento em que os ativos subjacentes estejam disponíveis para uso e nas condições necessárias para operar de acordo com o pretendido pela administração. Em 31 de dezembro de 2017 a empresa não tinha ativos fixos tangíveis em curso.

O desreconhecimento dos ativos fixos tangíveis, resultantes da venda ou abate são determinados pela diferença entre o preço de venda e o valor líquido contabilístico na data da alienação ou abate, sendo registadas na demonstração dos resultados nas rubricas "outros rendimentos e ganhos" ou "outros gastos e perdas".

Qualquer aumento resultante de revalorizações é registado no capital próprio como excedente de revalorização, exceto se o mesmo reverter num decréscimo previamente reconhecido em resultados, caso em que tal aumento é igualmente reconhecido em resultados. Diminuições resultantes das revalorizações são registadas diretamente em excedentes de revalorização até à concorrência de qualquer saldo credor remanescente do excedente de revalorização do mesmo ativo. Qualquer excesso das diminuições relativamente a esse saldo credor remanescente é diretamente reconhecido em resultados. Quando o ativo revalorizado é desreconhecido, o excedente de revalorização incluído no capital próprio associado ao ativo não é reclassificado para resultados, sendo transferido para resultados transitados. Sempre que um bem é revalorizado, todos os bens da sua classe são revalorizados.

O Conselho de Administração da empresa confirma que a 31 de dezembro de 2017, as apólices de seguros contratualizados para a cobertura de riscos relativos aos ativos fixos, encontram-se devidamente atualizadas.

A quantia escriturada bruta, as depreciações acumuladas, reconciliação da quantia escriturada no início e no fim do período mostrando as adições, os abates, as depreciações, as perdas por imparidade e suas reversões, as revalorizações e outras alterações, encontram-se desenvolvidas no Quadro 8 dos "Quadros Anexos às Demonstrações Financeiras", em anexo.

9. ATIVOS NÃO CORRENTES DETIDOS PARA VENDA E UNIDADES OPERACIONAIS DESCONTINUADAS (Não aplicável)

10. LOCAÇÕES

As locações de ativos fixos tangíveis, relativamente às quais a empresa detenha substancialmente todos os riscos e benefícios inerentes à propriedade do ativo são classificados como locações financeiras. São igualmente classificadas como locações financeiras os acordos em que a análise de uma ou mais situações particulares do contrato aponte para tal natureza. Todas as outras locações são classificadas como locações operacionais. A classificação das locações em financeiras ou operacionais depende da substância da transação e não da forma do contrato.

Os ativos adquiridos mediante contratos de locação financeira, bem como as correspondentes responsabilidades, são registados no início da locação pelo menor de entre o justo valor dos ativos e o valor presente dos pagamentos mínimos da locação.

Em 2016 o contrato de ALD que a empresa detinha relativo a uma viatura ligeira de passageiros já tinha terminado, tendo a empresa exercido o direito de aquisição, pelo que até 31 de dezembro de 2017 a empresa não celebrou qualquer outro contrato desta natureza.

Em anexo, o Quadro 10 dos "Quadros Anexos às Demonstrações Financeiras", apresenta o valor dos pagamentos reconhecidos em gastos do período.

11. CUSTOS DOS EMPRÉSTIMOS OBTIDOS

Os empréstimos são registados no passivo pelo valor nominal recebido. O valor de comissões com a emissão desses empréstimos, bem como os encargos financeiros apurados de acordo com a taxa de juro efetiva são registados como gastos à medida que são incorridos, respeitando o regime do acréscimo. Os empréstimos são classificados como passivos correntes, a não ser que a Empresa tenha o direito incondicional para diferir a liquidação do passivo por mais de 12 meses após a data de relato, sendo que nesse caso são registados como passivos não correntes.

A empresa contraiu um financiamento bancário com vista a financiar o plano de investimento iniciado no exercício de 2013, o qual é disponibilizado sob a forma de descoberto eventual, até ao montante máximo de 5.000.000,00€, utilizáveis no prazo de vinte e sete meses. Em outubro de 2017 o valor à data em divida no montante de 2.200.000,00€, foi convertido num financiamento amortizável em 11 anos, com um período de carência de capital de 12 meses. O montante a reembolsar durante o exercício de 2018, encontra-se registado como passivo corrente.

Na fase inicial deste financiamento a Administração, optou pela sua não capitalização nos ativos a que se encontram associados, politica esta que veio a ser alterada em 2015, tendo capitalizado um total acumulado de 261.426,85. Em 2017, relativamente a este financiamento, não foram capitalizados quaisquer valores, nem serão em períodos futuros.

O financiamento bancário está garantido com hipoteca sobre o direito de superfície que a empresa possui relativamente aos artigos matriciais 1691 e 2038 da freguesia da Ribeirinha, Concelho de Angra do Heroísmo.

As respetivas quantias líquidas escrituradas e o respetivo registo em passivos correntes e não correntes, encontram-se descritos no Quadro 11 dos "Quadros Anexos às Demonstrações Financeiras", em anexo.

12. PROPRIEDADES DE INVESTIMENTO (Não aplicável)

13. IMPARIDADE DE ATIVOS

13.1 - Dívidas de clientes:

Em cada data de relato é efetuada uma revisão das quantias escrituradas das dívidas de clientes. As perdas por imparidade dos clientes e contas a receber são registadas como sendo de cobrança duvidosa, sempre que exista evidência objetiva de os mesmos não são recuperáveis.

Depois de efetuadas todas as diligências tendentes à boa cobrança das dívidas e mantendo-se as mesmas por cobrar, quer esta sejam consideradas não recuperáveis ou que haja uma diminuta expetativa para a sua recuperação, são sujeitas ao cálculo de imparidades, as quais tendo por base um critério de prudência e a experiência acumulada da Administração, são calculadas de acordo com a antiguidade da dívida, dado o elevado grau de subjetividade envolvido. Excetuam-se os casos, em que se as dívidas em causa forem reclamadas judicialmente, são de imediato consideradas não recuperáveis e sujeitas a cálculos de imparidades pela totalidade.

As perdas por imparidade identificadas são registadas na demonstração dos resultados, em "imparidade de dívidas a receber", sendo subsequentemente revertidas por resultados, caso os indicadores de imparidade deixem de se verificar.

A variação verificada durante os exercícios de 2016 e 2017 nos saldos de perdas por imparidade das dívidas de clientes encontra-se desenvolvida no Quadro 13 dos "Quadros Anexos às Demonstrações Financeiras", em anexo.

14. INTERESSES EM EMPREENDIMENTOS CONJUNTOS (Não aplicável)

15. CONCENTRAÇÕES EMPRESARIAIS (Não aplicável)

16. INVESTIMENTOS EM SUBSIDIÁRIAS E CONSOLIDAÇÃO Não aplicável)

17. EXPLORAÇÃO E AVALAIÇÃO DE RECURSOS MINERAIS (Não aplicável)

18. AGRICULTURA (Não aplicável)

19. INVENTÁRIOS

As matérias-primas, subsidiárias e de consumo encontram-se valorizadas ao custo de aquisição. O custo de aquisição inclui as despesas incorridas até ao armazenamento, utilizando-se o custo médio ponderado como fórmula de custeio, em sistema de inventário permanente.

Os inventários são reconhecidos como gastos, no momento da realização do respetivo rédito ou no momento do seu consumo e ainda pelo reconhecimento quer de ajustamentos para o valor realizável líquido quer de quaisquer outros ajustamentos ou perdas.

Em 31 de dezembro de 2017 a rubrica "inventários" apresentava a composição constante do Quadro 19 dos "Quadros Anexos às Demonstrações Financeiras", em anexo.

20. CONTRATOS DE CONSTRUÇÃO (Não aplicável)

21. RÉDITO

O rédito compreende o justo valor da contraprestação recebida ou a receber pela prestação de serviços decorrentes da atividade normal da Entidade sendo mensurado pela quantia da contraprestação acordada e contratada entre a empresa e os seus clientes, líquido do imposto sobre o valor acrescentado e tomando em consideração a quantia de quaisquer abatimentos e descontos concedidos.

A Entidade reconhece rédito quando este pode ser razoavelmente mensurável, seja provável que a sociedade obtenha benefícios económicos futuros, e os critérios específicos descritos a seguir se encontrem cumpridos.

Os rendimentos são reconhecidos na data da realização da prestação dos serviços, ou seja quando incorre nos gastos necessários para a execução dos mesmos, se necessário recorre-se ao método da percentagem de acabamento ou do método do lucro nulo na impossibilidade de determinar fiavelmente o desfecho dos contratos de prestação de serviço.

Os juros recebidos são reconhecidos atendendo ao pressuposto do acréscimo, tendo em consideração o montante em dívida e a taxa efetiva durante o período até à maturidade.

Os dividendos são reconhecidos como outros ganhos e perdas líquidos quando existe o direito de os receber.

O montante do rédito não é considerado como razoavelmente mensurável até que todas as contingências relativas a uma venda estejam substancialmente resolvidas. A Entidade baseia as suas estimativas em resultados históricos, considerando o tipo de cliente, a natureza da transação e a especificidade de cada acordo.

As quantias de cada categoria significativa de rédito reconhecidas durante o período são as constantes do Quadro 21 dos "Quadros Anexos às Demonstrações Financeiras", em anexo.

22. PROVISÕES, PASSIVOS CONTINGENTES E ATIVOS CONTINGENTES (Não aplicável)

23. SUBSÍDIOS E OUTROS APOIOS DAS ENTIDADES PÚBLICAS

Os subsídios do Estado e outros entes públicos são reconhecidos ao seu valor nominal, quando existe uma garantia suficiente de que o subsídio venha a ser recebido e de que a Empresa cumpre com todas as condições para o receber.

Os subsídios de Entidades Públicas associados à aquisição ou produção de ativos não correntes são inicialmente reconhecidos no capital próprio, sendo subsequentemente imputados numa base sistemática (proporcionalmente às amortizações dos ativos subjacentes) como rendimentos do período durante as vidas úteis dos ativos com os quais se relacionam.

Outros subsídios de Entidades Públicas são, de uma forma geral, reconhecidos como rendimentos de uma forma sistemática durante os períodos necessários para os balancear com os gastos que é suposto compensarem. Subsídios de Entidades Públicas que têm por finalidade compensar perdas já incorridas ou que não têm custos futuros associados são reconhecidos como rendimentos do período em que se tornam recebíveis.

Em 30 de setembro de 2017, encontra-se registado um subsídio ao investimento no montante global inicial de 35.383.920,12€, já tendo sido recebido na sua totalidade, relativo a uma comparticipação de 100% no âmbito de uma candidatura ao POVT - Programa Operacional Temático de Valorização do Território, Direção Regional do Planeamento e Fundos Estruturais, destinado a comparticipar a construção da "Central de Tratamento e Valorização de Resíduos da Ilha Terceira". A comparticipação a 100% teve a ver com o fato da empresa ter dado cumprimento às metas pré-estabelecidas no âmbito da referida candidatura.

Relativamente a este subsídio, já se encontra reconhecido como rendimento o montante total de 2.983.261,19€, dos quais 1.295481,16€, são rendimentos do exercício de 2017.

Uma vez que os subsídios ao investimento estão sujeitos a tributação, o aumento nos capitais próprios decorrente do registo dos mesmos, deve ter em conta a quantia de imposto que lhes está associada, pelo que foi registado o respetivo ajustamento global no montante de 5.650.616,73€, tendo este valor sofrido um reajustamento relativo à variação da taxa de imposto a que a Empresa se encontra sujeita no montante global de 268.217,85€. A regularizações acumuladas relativas a esta rubrica ascendem a 217.640,83€ relativos 2017, sendo que o saldo a regularizar em períodos futuros ascende a 5.418.606,80€ (sendo que a componente a doze meses ascende a 217.640,83€ e o montante remanescente de 5.200.965,97€ está registado como passivo não corrente).

O imposto estimado imputável ao rendimento gerado pelos subsídios ao investimento encontra-se calculado à taxa de 16,8% (taxa de imposto em vigor para o exercício de 2017). Sempre que a taxa de imposto sofrer alterações, o valor do ajustamento estimado será reajustado.

Os subsídios à exploração estão relacionados com a criação de postos de trabalho e ascenderam em 2017 a 18.333,00€, tendo sido pagos pela Direção Regional do Emprego e Qualificação Profissional.

Relativamente subsídios, a Administração entende que estão a ser cumpridas as condições inerentes à atribuição dos mesmos, sendo expectável que sejam cumpridas até ao final do respetivo reconhecimento.

Em 31 de dezembro de 2017 a rubrica "subsídios ao investimento" apresentava a composição constante do Quadro 23 dos "Quadros Anexos às Demonstrações Financeiras", em anexo.

24. EFEITOS DE ALTERAÇÕES EM TAXAS DE CÂMBIO (Não aplicável)

25. ACONTECIMENTOS APÓS A DATA DO BALANÇO

Os acontecimentos após a data do balanço que proporcionem informação adicional sobre condições que existiam à data do balanço, ou seja acontecimentos após a data do balanço que dão origem a ajustamentos, são refletidos nas demonstrações financeiras. Os eventos após a data do balanço que proporcionem informação sobre condições que ocorram após a data do balanço, ou seja acontecimentos após a data do balanço que não dão origem a ajustamentos, são divulgados nas demonstrações financeiras, se forem considerados materialmente relevantes.

Após o encerramento do exercício, e até a elaboração do presente relatório, não se verificaram outros fatos suscetíveis de modificar a situação revelada nas contas, para os efeitos do disposto na alínea b) do n.° 5 do artigo 66° do Código das Sociedades Comerciais.

26. IMPOSTO SOBRE O RENDIMENTO

O imposto sobre rendimento do período compreende o imposto corrente e o imposto diferido. Os impostos correntes e os impostos diferidos são registados em resultados, salvo quando os impostos diferidos se relacionam com itens registados diretamente no capital próprio, nestes casos os impostos diferidos são igualmente registados nas respetivas rubricas do capital próprio.

O valor de imposto corrente a pagar, é determinado com base no resultado antes de impostos, ajustado de acordo com as regras fiscais em vigor. Relativamente ao cálculo da estimativa do imposto sobre o rendimento do exercício, é apurado de acordo com a matéria coletável estimada, tendo em conta os rendimentos sujeitos (o lucro tributável difere do resultado contabilístico, uma vez que exclui diversos gastos e rendimentos que apenas serão dedutíveis ou tributáveis em outros períodos, bem como gastos e rendimentos que nunca serão dedutíveis ou tributáveis).

Os impostos diferidos referem-se às diferenças temporárias entre os montantes dos ativos e dos passivos para efeitos de relato contabilístico e os respetivos montantes para efeitos de tributação.

Os passivos por impostos diferidos são reconhecidos para todas as diferenças temporárias tributáveis, sendo os ativos por impostos diferidos reconhecidos para as diferenças temporárias dedutíveis, porém tal reconhecimento unicamente se verifica quando existem expectativas razoáveis de lucros tributáveis futuros suficientes para compensar esses ativos por impostos diferidos, ou diferenças temporárias tributáveis que se revertam no mesmo período de reversão das diferenças temporárias dedutíveis. Em cada data de relato é efetuada uma revisão desses ativos por impostos diferidos, sendo os mesmos ajustados em função das expetativas quanto à sua utilização futura.

Os ativos e os passivos por impostos diferidos são mensurados utilizando as taxas de tributação que se espera estarem em vigor à data da reversão das correspondentes diferenças temporárias, com base nas taxas de tributação (e legislação fiscal) que estejam formalmente aprovadas na data de relato.

A empresa está sujeita ao Imposto sobre o Rendimento das Pessoas Coletivas (IRC) às taxas de 13,6% para uma matéria coletável até 15.000 euros e a uma taxa de 16,8% para o montante de matéria coletável que exceda os 15.000 euros, uma vez que cumpre os requisitos previstos no nº2 do artigo 87º do CIRC.

O imposto corrente sobre o rendimento, estimado e reconhecido na Demonstração dos Resultados para o período findo em 31 de dezembro de 2017, encontra-se detalhado no Quadro 26 dos "Quadros Anexos às Demonstrações Financeiras" e diz respeito neste período, apenas ao valor das tributações autónomas.

27. MATÉRIAS AMBIENTAIS (Não aplicável)

28. INSTRUMENTOS FINANCEIROS

A empresa reconhece os ativos financeiros, os passivos financeiros ou um instrumento de capital próprio apenas e quando a mesma se torna parte disposições contratuais do instrumento.

Os ativos e passivos financeiros encontram-se mensurados ao custo ou ao justo valor.

A) Mensurados ao custo, estão os ativos e passivos financeiros que apresentem as seguintes características:

i) Sejam á vista ou tenham uma maturidade definida;

ii) ii) Tenham associado um retorno fixo ou determinado;

iii) Não sejam ou incorporem um instrumento financeiro derivado.

Estão incluídos nesta categoria os seguintes ativos financeiros:

- Clientes e outras dívidas de terceiros (deduzido de perdas por imparidade);
- Outros ativos financeiros (deduzidos de eventuais imparidades);
- Contratos para conceder empréstimos (deduzidos de eventuais perdas por imparidade).
- Caixa e depósitos bancários (vencíveis a menos de 3 meses);

Estão incluídos nesta categoria os seguintes passivos financeiros:

- Fornecedores e outras dívidas de terceiros;

- Financiamentos obtidos (as despesas incorridas bem como encargos com juros são reconhecidas pelo método do juro efetivo em resultados do período ao longo do período de vida desses financiamentos. As referidas despesas incorridas, enquanto não estiverem reconhecidas, são apresentadas a deduzir à rubrica de financiamentos obtidos");

- Outros passivos financeiros

- Contratos para contrair empréstimos.

B) Mensurados ao justo valor: estão os ativos e passivos financeiros não incluídos nas categorias do "custo", sendo que as variações no respetivo justo valor são registadas em resultados como perdas por reduções de justo valor e ganhos por aumentos de justo valor.

Estão incluídos nesta categoria os seguintes ativos financeiros:

- Outros ativos ou passivos financeiros que por definição sejam considerados nesta rubrica.

Os ativos financeiros incluídos nas categorias do "custo" ou "custo amortizado" são sujeitos a testes de imparidade em cada data de relato. Tais ativos financeiros encontram-se em imparidade quando existe uma evidência objetiva de que, em resultado de um ou mais acontecimentos ocorridos após o seu reconhecimento inicial, os seus fluxos de caixa futuros estimados são afetados.

Para os ativos financeiros mensurados ao custo, a perda por imparidade a reconhecer corresponde à diferença entre a quantia escriturada do ativo e a melhor estimativa do justo valor do ativo na data de relato.

As perdas por imparidade são registadas em resultados como perdas por imparidade no período em que são determinadas.

Subsequentemente, se o montante da perda por imparidade diminui e tal diminuição pode ser objetivamente relacionada com um acontecimento que teve lugar após o reconhecimento da perda, esta deve ser revertida por resultados. A reversão deve ser efetuada até ao limite da quantia que estaria reconhecida caso a perda não tivesse sido inicialmente registada. A reversão de perdas por imparidade é reconhecida em resultados como reversões de perdas por imparidade, não sendo permitida a reversão de perdas por imparidade registada em investimentos em instrumentos de capital próprio (mensurados ao custo).

A Entidade desreconhece ativos financeiros apenas quando os direitos contratuais aos seus fluxos de caixa expiram por cobrança, ou quando transfere para outra entidade o controlo desses ativos financeiros e todos os riscos e benefícios significativos associados à posse dos mesmos.

A Entidade desreconhece passivos financeiros apenas quando a correspondente obrigação seja liquidada, cancelada ou expire.

Em 31 de dezembro de 2017, encontra-se registada a subscrição do "Fundo de Compensação para o Trabalho" decorrente a obrigação legal prevista nas Leis nº 69/2013 e 70/2013 de 30 de agosto, relativa à contratação de trabalhadores após 01 de outubro de 2013, no montante global de 2.069,75€. Este valor é variável em função de novas admissões/demissões de trabalhadores.

Esta subscrição foi reconhecida como um ativo financeiro, na rubrica "outros investimentos financeiros", mensurado pelo justo valor, com as respetivas variações reconhecidas em resultados, tendo-se considerado que o valor das unidades de participação divulgado pela entidade gestora do fundo como referencial prático para o efeito. As entregas

mensais para o "Fundo de Garantia de Compensação do Trabalho" são reconhecidas como gastos do período a que respeitam.

Face à imaterialidade da desvalorização gerada pelo fundo, não houve reconhecimento de impostos diferidos.

O Quadro 28 dos "Quadros Anexos às Demonstrações Financeiras" revela as principais rubricas de ativos e passivos financeiros, relacionados com o normal funcionamento da actividade da empresa a 31 de dezembro de 2017.

29. BENEFÍCIOS DOS EMPREGADOS

Os benefícios dos emprego classificam-se em:

a) Benefícios de curto-prazo:

Os benefícios de curto prazo incluem salários, ordenados, retribuições eventuais por trabalho extraordinário, prémios, gratificações, despesas de representação, subsídio de férias e de natal e quaisquer outras retribuições adicionais decididas pontualmente pela Administração. Incluem ainda contribuições para a Segurança Social, licença por doença, participação nos lucros e gratificações (pagos dentro dos 12 meses) e benefícios não monetários (cuidados médicos, alojamento, automóveis e bens ou serviços gratuitos).

O gasto relativo a participações nos lucros e/ou gratificações é relevado dentro do período em que o trabalhador prestou o seu contributo (desde que exista uma obrigação presente, legal/construtiva e que a mesma possa ser mensurada com fiabilidade). As obrigações decorrentes dos benefícios de curto prazo são reconhecidas como gastos no período em que os serviços são prestados, numa base não descontada por contrapartida do reconhecimento de um passivo que se extingue com o pagamento respetivo.

De acordo com a legislação laboral aplicável, o direito a férias e subsídio de férias relativo ao período, por este coincidir com o ano civil, vence-se em 31 de dezembro de cada ano, sendo somente pago durante o período seguinte.

b) Benefícios de médio/longo prazo:

Incluem-se nesta rubrica os benefícios relacionados com licença de longo serviço, jubileu ou outros benefícios de longo serviço, benefícios de invalidez de longo prazo, e se não foram liquidáveis dentro de 12 meses, a participação nos lucros, gratificações e remunerações diferidas.

A Entidade reconhece o gasto ou o passivo relativo ao benefício á medida que os trabalhadores vão adquirindo o direito ao mesmo, sendo os mesmos mensurados pelo valor presente.

c) Outros benefícios:

São ainda considerados benefícios pós-emprego as seguintes rubricas: pensões, outros benefícios de reforma, seguros de vida pós-emprego e cuidados médicos pós-emprego.

A empresa não tem qualquer responsabilidade contratual com o pagamento de complementos de pensões de reforma.

d) Benefícios de cessação:

Resultam de benefícios pagos em consequência da decisão da Entidade cessar o emprego de um empregado antes da data normal de reforma, ou da decisão de um empregado de aceitar a saída voluntária em troca desses benefícios.

e) Benefícios de remuneração em capital próprio:

Resulta do direito a receber por parte do empregado instrumentos de capital próprio emitidos pela Entidade, ou do fato do valor da obrigação a pagar aos empregados depender do preço futuro de instrumentos financeiros de capital próprio emitidos pela mesma.

Em 2017 a empresa apenas tem encargos com benefícios de curto prazo. A empresa manteve durante o exercício regularidade em matéria de pagamentos a pessoal.

O Quadro 29 dos "Quadros Anexos às Demonstrações Financeiras" reflecte informações relativas ao pessoal e respetivos gastos.

30. DIVULGAÇÕES EXIGIDAS POR DIPLOMAS LEGAIS

A Administração informa que a empresa não apresenta dívidas ao Estado em situação de mora, nos termos do artigo 1° do Decreto-Lei n° 534/80, de 7 de novembro.

Dando cumprimento ao estipulado no artigo 21° do Decreto-Lei n° 411/91 de 17de outubro, a Administração informa que a situação da empresa perante a Segurança Social se encontra regularizada, dentro dos prazos estipulados.

31. OUTRAS INFORMAÇÕES

31.1. - Fornecimentos e Serviços Externos

O valor total desta rubrica ascendeu a 859.491,88€ no final de 2017. O Quadro 31.1 dos "Quadros Anexos às Demonstrações Financeiras" apresenta em detalhe a decomposição desta rubrica.

31.2. - Outros Rendimentos e Ganhos

Os outros rendimentos e ganhos apresentados na demonstração dos resultados ascendiam em 31 de dezembro de 2017 ao valor global de 1.295.482,00€ e as rubricas em causa constam do Quadro 31.2 dos "Quadros Anexos às Demonstrações Financeiras".

31.3. - Outros Gastos e Perdas

A rubrica outros gastos e perdas comporta um montante total de 37.137,24€ no final do terceiro trimestre de 2017. A repartição deste montante pelas respetivas rubricas consta do Quadro 31.3 dos "Quadros Anexos às Demonstrações Financeiras".

32. DIVULGAÇÕES ADICIONAIS PARA AS ENTIDADES A QUE SE REFEREM A ALÍNEA h) DO N°1 DO ARTIGO 2° E O N° 4 DO ARTIGO 9°, AMBAS DP DECRETO-LEI N° 158/2009, DE 13 DE JULHO, COM A REDAÇÃO DADA PELO DECRETO-LEI N° 98/2015, DE 2 DE JUNHO

Estando a TERAMB, EM sujeita à Certificação Legal de Contas, foi atribuída à sociedade de Revisores Oficiais de Contas " SVTM - Santos Vaz, Trigo Morais & Associados, SROC, Lda", com sede em Rua Silva Brinco, n° 148, São Mamede de Infesta, a emissão da Certificação Legal de Contas, tendo sido colocados à disposição o montante de 4.602,00€ a título de honorários relativos aos serviços prestados.

As demonstrações financeiras para o período findo em 31 de dezembro de 2017 foram aprovadas pelo Conselho de Administração e autorizada para emissão em 22 de março de 2018.

Quadros Anexos às Demonstrações Financeiras

31. Dezembro. 2017

(Montantes expressos em euros)

Quadro 4 FLUXOS DE CAIXA

Caixa e seus Equivalentes

	2016	2017
Caixa	1.038,94	3.294,76
Depósitos à Ordem	155.689,90	505.392,14
Outros depósitos bancários	0,00	0,00
Ativos financeiros ao justo valor	0,00	0,00
	156.728,84	508.686,90

Quadro 5 POLITICAS CONTABILISTICAS, ALTERAÇÕES NAS ESTIMATIVAS CONTABILISTICAS E ERROS

DEMONSTRAÇÃO DOS RESULTADOS Rendimentos e Gastos	Comparativo 2016	Diferencial	Comparativo Reexpresso
Fornecimentos e serviços externos	-779.961,26	-382,22	-780.343,48
Outros gastos	-67.257,48	-53,10	-67.310,58
Resultado líquido do período	14.308,46	-435,32	13.873,14

BALANÇO		Comparativo 2016	Diferencial	Comparativo Reexpresso
CAPITAL PRÓPRIO:				
Resultado líquido do período		14.308,46	-435,32	13.873,14
	Total do capital próprio	30.567.829,37	-435,32	30.567.394,05
PASSIVO CORRENTE:				
Fornecedores		157.719,43	382,22	158.101,65
Outras dívidas a pagar		5.827.224,13	53,10	5.827.277,23
	Total do passivo corrente	6.027.811,22	435,32	6.028.246,54
	Total do passivo	8.227.811,22	435,32	8.228.246,54
	Total do capital próprio e do passivo	38.795.640,59	0,00	38.795.640,59

Quadro 6 PARTES RELACIONADAS

Entidades que participam no capital da empresa declarante

Entidade	NIF	Sede	Participação Valor	Participação %	Direitos de Voto	Ano de Início Participação
Município de Angra do Heroísmo	512 044 040	RAA-Portugal	1.170.000,00	60,00%	60,00%	2010
Município de Praia da Vitória	512 044 023	RAA-Portugal	780.000,00	40,00%	40,00%	2010

Transações entre Partes Relacionadas

Entidade	NIF	Natureza	Vendas e/ou P. Serviços	P. Serviços Intragrupo	Proveitos Financeiros	Compras e Aq. Serviços	Acordos de Partilha de Custos	Custos Financeiros
Município de Angra do Heroísmo	512 044 040	Acionista	3.146,15					
Município de Praia da Vitória	512 044 023	Acionista	140.309,60					
Serviços Municipializados de AH	680 018 140	Acionista Comum	648.708,45			45.758,92		
Praia Ambiente	512 097 780	Acionista Comum	202.369,22					

Saldos Pendentes a 31.12.2017

Entidade	NIF	Natureza	Valor a Receber	Valor a Pagar
Município de Angra do Heroísmo	512 044 040	Acionista	0,00	0,00
Município de Praia da Vitória	512 044 023	Acionista	495,70	0,00
Serviços Municipializados de AH	680 018 140	Acionista Comum	112.053,22	23.422,00
Praia Ambiente	512 097 780	Acionista Comum	33.629,22	0,00

Quadro 7 ATIVOS INTANGÍVEIS

Ativo Bruto

	Saldo em 31. Dezembro. 2016	Aumentos e Reavaliações	Abates e Alineações	Correcções e Transferências	Saldo em 31. Dezembro. 2017
Goodwill	0,00	0,00	0,00		0,00
Projetos de desenvolvimento	0,00	0,00	0,00		0,00
Programas de computador	0,00	0,00	0,00		0,00
Propriedade industrial	0,00	0,00	0,00		0,00
Direitos de superfície	0,00	0,00	0,00		0,00
Outros ativos intangíveis	343.280,28	0,00	0,00		343.280,28
	343.280,28	0,00	0,00	0,00	343.280,28

Depreciações Acumuladas

	Saldo em 31. Dezembro. 2016	Aumentos	Abates e Alineações	Correcções e Transferências	Saldo em 31. Dezembro. 2017
Goodwill	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Projetos de desenvolvimento	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Programas de computador	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Propriedade industrial	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Direitos de superfície	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Outros ativos intangíveis	38.104,10	11.431,23	0,00	0,00	49.535,33
	38.104,10	11.431,23	0,00	0,00	49.535,33

Quantia Liquida Escriturada Final

	Saldo em 31. Dezembro. 2016	Saldo em 31. Dezembro. 2017
Goodwill	0,00	0,00
Projetos de desenvolvimento	0,00	0,00
Programas de computador	0,00	0,00
Propriedade industrial	0,00	0,00
Direitos de superfície	0,00	0,00
Outros ativos intangíveis	305.176,18	293.744,95
	305.176,18	293.744,95

Quadro 8 ATIVOS FIXOS TANGÍVEIS

Ativo Bruto

	Saldo em 31. Dezembro. 2016	Aumentos e Reavaliações	Abates e Alineações	Correcções e Transferências	Saldo em 31. Dezembro. 2017
Terrenos e recursos naturais	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Edifícios e outras construções	36.522.901,03	0,00	0,00	0,00	36.522.901,03
Equipamento básico	1.404.803,96	0,00	0,00	0,00	1.404.803,96
Equipamento de transporte	177.571,63	0,00	0,00	0,00	177.571,63
Equipamento administrativo	12.507,63	1.471,63	0,00	0,00	13.979,26
Equipamentos biológicos	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Outros activos fixos tangíveis	17.915,07	1.578,80	0,00	0,00	19.493,87
Activos fixos tangíveis em curso	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
	38.135.699,32	3.050,43	0,00	0,00	38.138.749,75

Depreciações Acumuladas

	Saldo em 2016	Aumentos	Abates e Alineações	Correcções e Transferências	Saldo em 2017
Terrenos e recursos naturais	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Edifícios e outras construções	1.237.660,66	1.213.084,24	0,00	0,00	2.450.744,90
Equipamento básico	219.989,06	159.327,88	0,00	0,00	379.316,94
Equipamento de transporte	33.050,09	21.577,76	0,00	0,00	54.627,85
Equipamento administrativo	9.555,33	3.016,23	0,00	0,00	12.571,56
Equipamentos biológicos	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Outros activos fixos tangíveis	9.952,72	3.187,05	0,00	0,00	13.139,77
	1.510.207,86	1.400.193,16	0,00	0,00	2.910.401,02

Quantia Liquida Escriturada Final

	Saldo em 2016	Saldo em 2017
Terrenos e recursos naturais	0,00	0,00
Edifícios e outras construções	35.285.240,37	34.072.156,13
Equipamento básico	1.184.814,90	1.025.487,02
Equipamento de transporte	144.521,54	122.943,78
Equipamento administrativo	2.952,30	1.407,70
Equipamentos biológicos	0,00	0,00
Outros activos fixos tangíveis	7.962,35	6.354,10
Activos fixos tangíveis em curso	0,00	0,00
	36.625.491,46	35.228.348,73

Quadro 10 LOCAÇÕES

	Locações Financeiras		Locações Opercaionais	
	2016	2017	2016	2017
Valores reconhecidos como gastos do período	0,00	0,00	1.968,40	0,00

Quadro 11 CUSTOS DOS EMPRÉSTIMOS OBTIDOS

	Valor Contratual	2016 Corrente Saldo Inicial	2016 Corrente Saldo Final	2016 Não Corrente Saldo Inicial	2016 Não Corrente Saldo Final	2017 Corrente Saldo Inicial	2017 Corrente Saldo Final	2017 Não Corrente Saldo Inicial	2017 Não Corrente Saldo Final
Instituições de Crédito/Soc. Financeiras	2.200.000,00	3.252.497,11	0,00	0,00	2.200.000,00	0,00	173.764,34	2.200.000,00	1.998.141,45
Participantes de Capital: Suprimentos		0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Outros Financiadores		0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
	2.200.000,00	3.252.497,11	0,00	0,00	2.200.000,00	0,00	173.764,34	2.200.000,00	1.998.141,45

	2016	2017
Custos dos empréstimos obtidos	63.604,19	110.061,63

Quadro 13 IMPARIDADE DE ATIVOS

Imparidades - Dívidas de Clientes

	2016	2017
Clientes de Cobrança Duvidosa:		
Reclamados judicialmente	0,00	0,00
Em mora:	*214,39*	*214,39*
Há mais de 6 meses e até 12 meses		
Há mais de 13 meses e até 18 meses		
Há mais de 19 meses e até 24 meses	75,96	
Há mais de 25 meses	138,43	214,39
Totais	214,39	214,39

		2016 Saldo Inicial	2016 Reversão	2016 Reforço	2016 Saldo Final	2017 Saldo Inicial	2017 Reversão	2017 Reforço	2017 Saldo Final
Imparidades:									
Reclamados judicialmente	100%	0,00			0,00	0,00			0,00
Em mora:		*157,42*	*0,00*	*37,98*	*195,40*	*195,40*	*0,00*	*18,99*	*214,39*
Há mais de 6 meses e até 12 meses	25%	18,99		-18,99	0,00	0,00			0,00
Há mais de 12 meses e até 18 meses	50%	0,00			0,00	0,00			0,00
Há mais de 18 meses e até 24 meses	75%	0,00		56,97	56,97	56,97		-56,97	0,00
Há mais de 24 meses	100%	138,43			138,43	138,43		75,96	214,39
Totais		157,42	0,00	37,98	195,40	195,40	0,00	18,99	214,39

Quadro 19 INVENTÁRIOS

CMVMC / Variação de Produção

	2016 Mercadorias	2016 Matérias primas, subsidiárias e de consumo	2017 Mercadorias	2017 Matérias primas, subsidiárias e de consumo
Inventário Inicial	0,00	3.715,04	0,00	101.608,79
Compras	0,00	453.563,00	0,00	731.324,40
Reclassificações/Regularizações	0,00	-47.187,33	0,00	-80.511,67
Inventário Final	0,00	101.608,79	0,00	291.952,96
Custo das Mercadorias vendidas e das matérias consumidas	0,00	308.481,92	0,00	460.468,56

Quadro 21 RÉDITO

	2016 Valor Reconhecido	2017 Valor Reconhecido
Vendas	814.270,43	524.881,91
Prestação de serviços	1.067.617,51	1.209.362,26
Subsídios à Exploração	10.094,17	18.333,00
Subsídios ao Investimento	1.250.911,85	1.295.481,16
	3.142.893,96	3.048.058,33

Quadro 23 SUBSIDIOS DO GOVERNO E APOIOS DO GOVERNO

Subsidios relacionados com ativos e Subsidios destinados à exploração

	2016 Subsidio Atribuido	2016 Valor imputado a periodos anteriores	2016 Regularização do período	2016 Regularizações Acumuladas	2016 Valor a regularizar em periodos futuros	2017 Subsidio Atribuido	2017 Valor imputado a periodos anteriores	2017 Regularização do período	2017 Regularizações Acumuladas	2017 Valor a regularizar em periodos futuros
Subsidios relacionados com ativos:										
Terrenos e recursos naturais	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Edifícios e outras construções	33.692.043,30	119.568,01	1.083.990,31	1.203.558,32	32.488.484,98	33.692.043,30	1.203.558,32	1.121.945,04	2.325.503,36	31.366.539,94
Equipamento básico	1.295.512,44	65.719,12	152.321,54	218.040,66	1.077.471,78	1.295.512,44	218.040,66	158.936,12	376.976,78	918.535,66
Equipamento de transporte	146.000,00	1.216,67	14.600,00	15.816,67	130.183,33	146.000,00	15.816,67	14.600,00	30.416,67	115.583,33
Equipamento administrativo	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Equipamentos biológicos	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Outros activos fixos tangíveis	250.364,38	250.364,38	0,00	250.364,38	0,00	250.364,38	250.364,38	0,00	250.364,38	0,00
	35.383.920,12	436.868,18	1.250.911,85	1.687.780,03	33.696.140,09	35.383.920,12	1.687.780,03	1.295.481,16	2.983.261,19	32.400.658,93

	2016			2017		
	Saldo Inicial	Regularização	Saldo Final	Saldo Inicial	Regularização	Saldo Final
Impostos sobre subsidios	5.846.400,85	210.153,22	5.636.247,63	5.636.247,63	217.640,83	5.418.606,80

	2016	2017
Valor contratualizado de subsidios relacioados com ativos	33.696.140,09	32.400.658,93
Valor liquido subsidios relacionados com ativos	28.059.892,46	26.982.052,13
Valor subsidios à exploração	10.094,17	18.333,00

Quadro 26 IMPOSTO SOBRE O RENDIMENTO

Reconciliação da Taxa Efetiva de Impostos

	2016	2017
Resultado contabilistico do período (antes de impostos)	15.607,22	-516.338,93
Resultados fiscal do período	-4.455,12	-545.078,94
Reporte de rejuizos fiscais	0,00	0,00
Matéria coletável do período	-4.455,12	-545.078,94
Imposto corrente	0,00	0,00
Tributações autónomas	1.298,76	1.162,48
Crédito Fiscal Extraordinário ao Investimento	0,00	0,00
Taxa efetiva de imposto	0,00%	0,00%

Imposto sobre o Rendimento

	2016	2017
Imposto Corrente	1.298,76	1.162,48
Imposto Diferido	0,00	0,00
	-1.298,76	-1.162,48

Estado e Outros Entes Públicos

	2016	2017
Ativo:		
IRC - A Recuperar	0,00	0,00
IRC - PEC's a recuperar	0,00	3.289,08
IVA - A Recuperar	6.599,22	41.910,53
IVA - Reembolsos Pedidos	87.000,00	0,00
Restantes Impostos	98,45	0,00
	93.697,67	45.199,61

	2016	2017
Passivo:		
IRC - A Pagar	1.298,76	1.162,48
IRS - Reteções na fonte a pagar	3.828,04	3.517,66
IVA - A Pagar	0,00	0,00
Restantes Impostos	0,00	0,00
Contribuições para a Segurança Social	12.372,05	12.654,13
Contribuições para a CGA	1.318,93	983,10
Contribuições ADSE	4,05	0,00
Tributos das Autarquias	0,00	0,00
	18.821,83	18.317,37

Quadro 28 INSTRUMENTOS FINANCEIROS/ATIVOS E PASSIVOS FINANCEIROS

Outros Investimentos Financeiros

	Saldo em 2016	Subscrições	Resgates	Variações Justo Valor	Saldo em 2017
Outros investimentos Financeiros					
Fundo de Compensação do Trabalho	1.774,89	2.456,42	-402,81	-1.758,75	2.069,75
	1.774,89	2.456,42	-402,81	-1.758,75	2.069,75

Ativos Financeiros - Clientes

	2016	2017
	Valor Nominal	Valor nominal
Clientes:		
Clientes Correntes	1.037.923,24	518.330,94
Clientes de Cobrança Duvidosa:	214,39	214,39
Perdas por Imparidade Acumuladas	-195,40	-214,39

	2016	2017
	Valor Nominal	Valor nominal
Valor Liquido de Clientes	1.037.942,23	518.330,94

Outros Ativos Financeiros

	2016	2017
Outras contas a Receber:	*461.837,37*	*238.452,41*
Fornecedores (saldos contrários)	1.623,03	297,71
Adiant. e outras operações com o pessoal	438,11	28,49
Devedores por acréscimos de rendimentos:	*435.706,40*	*231.922,17*
Faturação a emitir	435.706,40	231.922,17
Outros devedores	24.069,83	6.204,04

	2016	2017
Diferimentos de gastos:		
Seguros	11.383,16	12.945,92
	11.383,16	12.945,92

Passivos Financeiros - Empréstimos Bancários

	2016	2017
Não correntes:		
Empréstimos Bancários	2.200.000,00	1.998.141,45
	2.200.000,00	1.998.141,45
Correntes:		
Empréstimos Bancários	0,00	173.764,34
	0,00	173.764,34

Outros Passivos Financeiros

	2016	2017
Fornecedores:	*158.101,65*	*438.180,35*
Fornecedores C/C	158.101,65	438.180,35
Fornecedores títulos a pagar	0,00	0,00
Adiantamento de Clientes	*0,00*	*0,00*
Outras Dívidas a Pagar:	*5.827.277,23*	*5.533.563,52*
Clientes (saldos contrários)	1,05	1,05
Pessoal	94,69	0,00
Fornecedores de Investimentos	3.500,00	24.500,00
Adiantamentos por conta de vendas	100.000,00	0,00
Credores por acréscimos de gastos:	*82.516,08*	*90.049,29*
Remunerações a pagar ao pessoal	76.685,20	80.747,90
Juros a liquidar	0,00	0,00
Outros acréscimo de gastos	5.830,88	9.301,39
Outros Credores	5.641.165,41	5.419.013,18

	2016	2017
Diferimentos de Rendimentos:		
Rendimentos a Reconhecer	24.045,83	5.712,83
	24.045,83	5.712,83

Quadro 29 BENEFICIOS DOS EMPREGADOS, PESSOAS AOS SERVIÇO E GASTOS COM PESSOAL

Pessoas ao Serviço e Horas Trabalhadas

	2016		2017	
	Nº Médio de Pessoas	Nº de Horas Trabalhadas	Nº Médio de Pessoas	Nº de Horas Trabalhadas
Pessoas ao serviço da empresa, remuneradas e não remuneradas:	32	62.496	36	70.432
Pessoas REMUNERADAS	32	62.496	36	70.432
Pessoas NÃO REMUNERADAS	0	0	0	0
Pessoas ao serviço da empresa, por tipo de horário:	32	62.496	36	70.432
Pessoas a TEMPO COMPLETO	31	61.504	35	69.440
Das quais: Pessoas REMUNERADAS a TEMPO COMPLETO	31	61.504	35	69.440
Pessoas a TEMPO PARCIAL	1	992	1	992
Das quais: Pessoas REMUNERADAS a TEMPO PARCIAL	1	992	1	992
Pessoas ao serviço da empresa, por sexo:	32	62.496	36	70.432
Homens	28	54.560	31	60.512
Mulheres	4	7.936	5	9.920
Pessoas ao serviço da empresa, das quais:	0	0	0	0
Afetas à I&D				
Prestadores de serviços				
Pessoas Colocadas através de agências de trabalho temporário				

Gastos com Pessoal

	2016	2017
Remunerações dos órgãos sociais	*19.645,65*	*19.563,17*
Das quais: Participação nos lucros		
Remunerações do pessoal	*472.999,22*	*506.357,71*
Das quais: Participação nos lucros		
Benefícios pós-emprego	*0,00*	*0,00*
Prémios para pensões	0,00	0,00
Outros Benefícios	0,00	0,00
Indemnizações	*0,00*	*0,00*
Encargos sobre remunerações	*109.533,02*	*120.597,95*
Contribuições para a Segurança Social	107.732,28	115.527,83
Fundo de Garantia de Compensação do Trabalho	162,86	204,58
Regime de Capitação (art. 54º DLn°82B/2014)	1.631,63	4.830,35
Quotizações ADSE	6,25	35,19
Seguros de Acidentes de Trabalho	*8.896,92*	*10.760,43*
Gastos de ação social	*0,00*	*0,00*
Outros Gastos com Pessoal	*11.938,99*	*26.557,40*
Formação	528,92	14.095,75
Higiene e segurança no trabalho	616,00	2.850,90
Fardamento	10.794,07	9.610,75
Outros	0,00	0,00
Total Gastos com Pessoal	623.013,80	683.836,66

Quadro 31 OUTRAS INFORMAÇÕES

31.1. - Fornecimentos e Serviços Externos

	2016	2017
Subcontratos	*58.192,46*	*87.233,38*
Serviços Especializados	*509.444,05*	*573.492,34*
Trabalhos especializados	426.434,51	302.068,53
Publicidade	0,00	54,40
Vigilância e segurança	0,00	0,00
Honorários	4.455,00	2.242,00
Comissões	0,00	0,00
Conservação	74.335,89	262.891,54
Serviços Bancários	3.260,75	6.235,87
Outros Serviços Especializados	593,50	0,00
Materiais	*70.555,88*	*48.757,28*
Ferramentas e utensílios de desgaste rápido	1.758,71	4.933,31
Livros e documentação técnica	0,00	0,00
Material de Escritório	1.514,49	985,37
Artigos para oferta	0,00	0,00
Outros materiais	67.647,08	42.838,60
Energia e Fluídos	*87.092,47*	*81.772,91*
Electricidade	24.853,68	18.078,38
Combustíveis	43.612,78	45.311,09
Água	10.055,63	13.367,89
Outros	8.570,38	5.015,55
Deslocações e estadas	*4.707,85*	*2.892,75*
Serviços diversos	*50.350,77*	*65.343,22*
Rendas e alugueres	3.024,47	7.226,35
Comunicações	21.843,82	37.785,11
Seguros	7.971,23	8.334,67
Royalties	0,00	0,00
Contencioso e notariado	760,30	360,00
Despesas de representação	3.157,52	2.571,23
Limpeza, higiene e conforto	1.707,96	2.965,84
Outros serviços diversos	11.885,47	6.100,02
Total FSE	780.343,48	859.491,88

31.2. - Outros Rendimentos e Ganhos

	2016	2017
Rendimentos Suplementares	0,00	0,00
Descontos de pronto pagamento obtidos	0,00	0,00
Recuperação de dívidas a receber	0,00	0,00
Ganhos em inventários	0,00	0,00
Rend./Ganhos em Activos Financeiros	0,00	0,00
Rend./Ganhos em Inv. não Financeiros	0,00	0,00
Outros	1.277.503,41	1.295.482,00
Juros Obtidos	0,00	0,00
Dividendos Obtidos	0,00	0,00
Outros Rendimentos e Ganhos de Financiamentos	0,00	0,00
Total Outros Rendimentos e Ganhos	1.277.503,41	1.295.482,00

31.3. - Outros Gastos e Perdas

	2016	2017
Impostos	57.826,34	26.903,13
Descontos concedidos	0,00	0,00
Dívidas incobráveis	0,00	0,00
Perdas em inventarios	0,00	0,00
Gastos/Perdas nos restantes Invest. Financeiros	0,00	0,00
Gastos/Perdas nos restantes Invest. não financ.	12,50	2.888,08
Outros	9.417,30	7.346,03
Juros de mora e compensatórios	1,34	0,00
Outros Juros	0,00	0,00
Dif. de câmbio desfavoráveis - Outras	0,00	0,00
Outros gastos e perdas de financiamentos	0,00	0,00
Total Outros Gastos e Perdas	67.257,48	37.137,24

Contabilista Certificada
Nº 37799

(Paula Cristina Nunes Azevedo Santos)

O Conselho de Administração

(Paula Cristina Pereira de Azevedo Pamplona Ramos)

(Raquel Gomes Caetano Ferreira)

(Paulo Ferreira Mendes Monjardino)

TERAMB-Emp. Munici. Gest. Valor. Ambiental IT, EM

DEMONSTRAÇÃO DAS ALTERAÇÕES NO CAPITAL PRÓPRIO

31. Dezembro. 2016

(Montantes expressos em euros)

		Capital realizado	Acções (quotas) próprias	Outros instrumentos de capital próprio	Prémios de emissão	Reservas legais	Outras reservas	Resultados transitados	Ajustamentos em activos financeiros	Excedentes de revalorização	Outras variações no capital próprio	Resultado líquido do período	Total do capital próprio
	1	200.000,00	-	-	-	23.056,40	48.635,72	135.621,80	-	-	29.444.831,37	2.519,30	29.854.664,59
Primeira adopção de novo referencial contabilístico													-
Alterações de políticas contabilísticas													-
Diferenças de conversão de demonstrações financeiras													-
Realização do excedente de revalorização de ativos fixos tangíveis e intangíveis													-
Variações dos excedentes de revalorização de ativos fixos tangíveis e intangíveis													-
Ajustamentos por impostos diferidos													-
Outras alterações reconhecidas no capital próprio:													-
Prestações acessórias de capital													-
Transferência de Resultados													-
Correções relativas a exercícios anteriores								214,75				(214,75)	-
Correções relativas a exercícios anteriores - Correções no comparativo								2.304,55				(2.304,55)	-
Subsídios ao investimento													-
Doaçoes											(1.040.758,63)		(1.040.758,63)
													-
	2	-	-	-	-	-	-	2.519,30	-	-	(1.040.758,63)	(2.519,30)	(1.040.758,63)
	3											13.873,14	13.873,14
	4=2+3											11.353,84	(1.026.885,49)
Realizações de capital		1.750.000,00											
Realizações de prémios de emissão							(10.385,05)						1.739.614,95
Dsitribuições													-
Entradas para cobertura de perdas													-
Outras operações													-
	5	1.750.000,00	-	-	-	-	(10.385,05)	-	-	-	-	-	1.739.614,95
	6=1+4+5	1.950.000,00	-	-	-	23.056,40	38.250,67	138.141,10	-	-	28.404.072,74	13.873,14	30.567.394,05

Contabilista Certificada
Nº 37799

(Paula Cristina Nunes Azevedo Santos)

O Conselho de Administração

(Paula Cristina Pereira de Azevedo Pamplona Ramos)

(Raquel Gomes Caetano Ferreira)

(Paulo Ferreira Mendes Monjardino)

TERAMB-Emp. Munici. Gest. Valor. Ambiental IT, EM

DEMONSTRAÇÃO DAS ALTERAÇÕES NO CAPITAL PRÓPRIO

31. Dezembro. 2017

(Montantes expressos em euros)

		Capital realizado	Acções (quotas) próprias	Outros instrumentos de capital próprio	Prémios de emissão	Reservas legais	Outras reservas	Resultados transitados	Ajustamentos em activos financeiros	Excedentes de revalorização	Outras variações no capital próprio	Resultado líquido do período	Total do capital próprio
Posição no início do período 2017	6	1.950.000,00	-	-	-	23.056,40	38.250,67	138.141,10	-	-	28.404.072,74	13.873,14	30.567.394,05
Alterações no período:													-
Primeira adopção de novo referencial contabilístico													-
Alterações de políticas contabilísticas													-
Diferenças de conversão de demonstrações financeiras													-
Realização do excedente de revalorização de activos fixos tangíveis e intangíveis													-
Variações dos excedentes de revalorização de activos fixos tangíveis e intangíveis													-
Ajustamentos por impostos diferidos													-
Efeito de aquisição / alienação de participadas													-
Outras alterações reconhecidas no capital próprio:													-
Prestações acessórias de capital													-
Transferência de Resultados													-
Correcções relativas a exercícios anteriores								14.308,46				(14.308,46)	-
Correcções relativas a exercícios anteriores - Correcções no Comparativo								(435,32)				435,32	-
Subsídios ao investimento													-
Doações											(1.077.840,33)		(1.077.840,33)
	7	-	-	-	-	-	-	13.873,14	-	-	(1.077.840,33)	(13.873,14)	(1.077.840,33)
Resultado líquido do período	8											(517.501,41)	(517.501,41)
Resultado integral	9=7+8											(531.374,55)	(1.595.341,74)
Operações com detentores de capital no período													
Realizações de capital													-
Realizações de prémios de emissão													-
Dsitribuições													-
Entradas para cobertura de perdas													-
Outras operações													-
	10	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-
Posição no fim do período	6+9+10	1.950.000,00	-	-	-	23.056,40	38.250,67	152.014,24	-	-	27.326.232,41	(517.501,41)	28.972.052,31

Contabilista Certificada
Nº 37799

(Paula Cristina Nunes Azevedo Santos)

O Conselho de Administração

(Paula Cristina Pereira de Azevedo Pamplona Ramos)

(Raquel Gomes Caetano Ferreira)

(Paulo Ferreira Mendes Monjardino)

TERAMB-Emp. Munici. Gest. Valor. Ambiental IT, EM

DEMONSTRAÇÃO DOS FLUXOS DE CAIXA

31. Dezembro. 2017

(Montantes expressos em euros)

	2017		2016	
FLUXOS DE CAIXA DAS ACTIVIDADES OPERACIONAIS:				
Recebimentos de clientes	2.485.760,63		1.296.675,88	
Pagamentos a fornecedores	-1.466.419,93		-1.487.667,71	
Pagamentos ao pessoal	-418.651,92		-360.872,84	
Caixa gerada pelas operações	600.688,78		-551.864,67	
Pagamento / recebimento do imposto sobre o rendimento	-96.028,25		124.802,50	
Outros recebimentos / pagamentos	-9.555,66		-3.281.150,43	
Fluxos das actividades operacionais [1]		495.104,87		-3.708.212,60
FLUXOS DE CAIXA DAS ACTIVIDADES DE INVESTIMENTO:				
Pagamentos respeitantes a:				
Ativos fixos tangíveis	-2.799,11		-960.264,64	
Ativos intangíveis	0,00		0,00	
Investimentos financeiros	-2.406,93		0,00	
Outros ativos	0,00	-5.206,04	-1.848,91	-962.113,55
Recebimentos provenientes de:				
Ativos fixos tangíveis	0,00		0,00	
Ativos intangíveis	0,00		0,00	
Investimentos financeiros	95,07		64,29	
Outros ativos	0,00		0,00	
Subsídios ao investimento	0,00		2.681.235,26	
Juros e rendimentos similares	0,00		0,00	
Dividendos	0,00	95,07	0,00	2.681.299,55
Fluxos das actividades de investimento [2]		-5.110,97		1.719.186,00
FLUXOS DE CAIXA DAS ACTIVIDADES DE FINANCIAMENTO:				
Recebimentos provenientes de:				
Financiamentos obtidos	0,00		2.200.000,00	
Realizações de capital e de outros instrumentos de capital próprio	0,00		0,00	
Cobertura de prejuízos	0,00		0,00	
Doações	0,00		0,00	
Outras operações de financiamento	0,00	0,00	0,00	2.200.000,00
Pagamentos respeitantes a:				
Financiamentos obtidos	-28.094,21		0,00	
Juros e gastos similares	-109.941,63		-63.604,19	
Dividendos	0,00		0,00	
Reduções de capital e de outros instrumentos de capital próprio	0,00		0,00	
Outras operações de financiamento	0,00	-138.035,84	0,00	-63.604,19
Fluxos das actividades de financiamento [3]		-138.035,84		2.136.395,81
Variação de caixa e seus equivalentes [4]=[1]+[2]+[3]		**351.958,06**		**147.369,21**
Efeito das diferenças de câmbio		0,00		0,00
Caixa e seus equivalentes no início do período		156.728,84		9.359,63
Caixa e seus equivalentes no fim do período		508.686,90		156.728,84

O anexo faz parte integrante do Balanço em: 31. Dezembro. 2017

Contabilista Certificada
Nº 37799

(Paula Cristina Nunes Azevedo Santos)

O Conselho de Administração

(Paula Cristina Pereira de Azevedo Pamplona Ramos)

(Raquel Gomes Caetano Ferreira)

(Paulo Ferreira Mendes Mondardino)

TERAMB-Emp. Munici. Gest. Valor. Ambiental IT, EM

Contribuinte: 509620515 | Pág. 1/1

Período findo em: 31. Dezembro. 2017 | Moeda: EUR

Comportamento Principais Rubricas de Rendimentos e Ganhos

Rubricas	2017	2016	%
Vendas e serviços prestados	1.734.244,17	1.881.887,94	-7,85
Subsídios à exploração	18.333,00	10.094,17	81,62
Outros Rendimentos e Ganhos	1.295.482,00	1.277.503,41	1,41
Juros e rendimentos similares obtidos	0,00	0,00	

Comportamento Principais Rubricas de Gastos e Perdas

Rubricas	2017	2016	%
CMVMC	460.468,56	308.481,92	49,27
Fornecimentos e Serviços Externos	859.491,88	780.343,48	10,14
Gastos com Pessoal	683.836,66	623.013,80	9,76
Outros Gastos e Perdas	37.137,24	67.310,58	-44,83
Gastos Depreciações/Amortizações	1.411.624,39	1.311.282,43	7,65
Juros e gastos similares suportados	110.061,63	63.604,19	73,04

Estrutura de Resultados

Rubricas	2017	2016	%
Resultado antes de depreciações, gastos de financiamento e impostos	1.005.347,09	1.390.058,52	-27,68
Resultado operacional (antes de gastos de financiamento e impostos)	-406.277,30	78.776,09	-615,74
Resultado antes de impostos	-516.338,93	15.171,90	-3503,26
Impostos sobre o rendimento do periodo	1.162,48	1.298,76	-10,49
Resultado liquido do periodo	-517.501,41	13.873,14	-3830,24

Margem de Comercialização

Rubricas	2017	2016	%
Vendas e serviços prestados	1.734.244,17	1.881.887,94	-7,85
CMVMC + FSE's	1.319.960,44	1.088.825,40	21,23
Margem em Valor	414.283,73	793.062,54	-47,76
Margem em %	23,89	42,14	-43,31

Ponto critico das Vendas/Margem de segurança

Rubricas	2017	2016	%
Vendas e serviços prestados	1.734.244,17	1.881.887,94	-7,85
Gastos Fixos(Pessoal + Outros Gastos e Perdas + Depreciações)	2.132.598,29	2.001.606,81	6,54
Ponto crítico(Gastos Fixos/(Mg bruta/Vol. Negócios)	8.927.326,57	4.749.688,11	87,96
Margem de segurança (Vol. Negócios - Ponto Critico)	-7.193.082,40	-2.867.800,17	150,82
Gastos Fixos em % Volume de Negócios	122,97	106,36	15,61
Margem de Segurança em % Volume de Negócios	-414,77	-152,39	172,18

Comportamento da Tesouraria

Rubricas	2017	2016	%
Capitais Permanentes (1)	36.171.159,73	38.186.000,85	-5,28
Activo não corrente (2)	35.524.601,54	36.932.442,53	-3,81
Fundo de Maneio (3=1-2)	646.558,19	1.253.558,32	-48,42
Necessidades de Exploração (4)	855.483,51	1.233.248,69	-30,63
Recursos de Exploração (5)	456.497,72	176.923,48	158,02
Fundo Maneio Necessário de Exploração (6=4-5)	398.985,79	1.056.325,21	-62,23
Necessidades Extra-Exploração (7)	250.960,22	473.220,53	-46,97
Recursos Extra-Exploração (8)	506.361,89	408.670,43	23,90
Fundo Maneio Necessário Extra-Exploração (9=7-8)	-255.401,67	64.550,10	-495,66
Fundo de Maneio Necessário (10=6+9)	143.584,12	1.120.875,31	-87,19
Tesouraria Global (11=3-10)	502.974,07	132.683,01	279,08

Indicadores

Rubricas	2017	2016	%
Liquidez Geral Activo Corrente/Passivo Corrente	1,67	3,06	-45,44
Liquidez Reduzida (Activo corrente - Inventários)/Passivo Corrente	1,37	2,89	-52,72
Liquidez Imediata Meios Financeiros Liquidos/Passivo Corrente	0,53	0,26	104,29
Solvabilidade Capital Próprio/Passivo	3,55	3,71	-4,52
Autonomia Financeira Capital Próprio/Activo liquido x 100	78,01	78,79	-0,99
Rentabilidade Capitais Próprios Resultado Liquido/Capital Prórpio x 100	-1,79	0,05	-4035,65

PARECER FISCAL ÚNICO

Central de Tratamento e Valorização de Resíduos da Ilha Terceira, Biscoito da Achada, Ribeirinha
9700-135 Angra do Heroísmo | Telf: 295216722 | Fax: 295218397 | E-mail: geral@teramb.pt

SVTM
SANTOS VAZ, TRIGO DE MORAIS
& ASSOCIADOS, SROC LDA.

CERTIFICAÇÃO LEGAL DAS CONTAS

RELATO SOBRE A AUDITORIA DAS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS

Opinião

Auditámos as demonstrações financeiras anexas da **Teramb – Empresa Municipal de Gestão e Valorização Ambiental da Ilha Terceira, EM (a Entidade),** que compreendem o balanço em 31 de dezembro de 2017, (que evidencia um total de 37.139.732,17 Euros e um total de capital próprio de 28.972.052,31 Euros, incluindo um resultado líquido negativo de 517.501,41 Euros), a demonstração dos resultados por naturezas, a demonstração das alterações no capital próprio e a demonstração dos fluxos de caixa relativas ao ano findo naquela data, e as notas anexas às demonstrações financeiras que incluem um resumo das políticas contabilísticas significativas.

Em nossa opinião, as demonstrações financeiras anexas apresentam de forma verdadeira e apropriada, em todos os aspetos materiais, a posição financeira da Entidade em 31 de dezembro de 2017 e o seu desempenho financeiro e fluxos de caixa relativos ao ano findo naquela data de acordo com as Normas Contabilísticas e de Relato Financeiro do Sistema de Normalização Contabilística.

Bases para a opinião

A nossa auditoria foi efetuada de acordo com as Normas Internacionais de Auditoria (ISA) e demais normas e orientações técnicas e éticas da Ordem dos Revisores Oficiais de Contas. As nossas responsabilidades nos termos dessas normas estão descritas na secção "Responsabilidade do auditor pela auditoria das demonstrações financeiras abaixo". Somos independentes da Entidade nos termos da lei e cumprimos os demais requisitos éticos nos termos do código de ética da ordem dos Revisores Oficiais de Contas.

INSCRITA NA ORDEM DOS REVISORES OFICIAIS DE CONTAS SOB O Nº 155 - CAPITAL SOCIAL REALIZADO 10.000,00 € - NIPC Nº 504 096 664

Estamos convictos que a prova de auditoria que obtivemos é suficiente e apropriada para proporcionar uma base para a nossa opinião.

Responsabilidades do órgão de gestão

O órgão de gestão é responsável pela:

- preparação de demonstrações financeiras que apresentem de forma verdadeira e apropriada a posição financeira, o desempenho financeiro e os fluxos de caixa da Entidade de acordo com as Normas Contabilísticas e de Relato Financeiro do Sistema de Normalização Contabilística;
- elaboração do relatório de gestão nos termos legais e regulamentares aplicáveis;
- criação e manutenção de um sistema de controlo interno apropriado para permitir a preparação de demonstrações financeiras isentas de distorção material devida a fraude ou erro;
- adoção de políticas e critérios contabilísticos adequados nas circunstâncias; e
- avaliação da capacidade da Entidade de se manter em continuidade, divulgando, quando aplicável, as matérias que possam suscitar dúvidas significativas sobre a continuidade das operações.

Responsabilidades do auditor pela auditoria das demonstrações financeiras

A nossa responsabilidade consiste em obter segurança razoável sobre se as demonstrações financeiras como um todo estão isentas de distorções materiais devido a fraude ou erro, e emitir um relatório onde conste a nossa opinião. Segurança razoável é um nível elevado de segurança mas não é uma garantia de que uma auditoria executada de acordo com as ISA detetará sempre uma distorção material quando exista. As distorções podem ter origem em fraude ou erro e são consideradas materiais se, isoladas ou conjuntamente, se possa razoavelmente esperar que influenciem decisões económicas dos utilizadores tomadas com base nessas demonstrações financeiras.

Como parte de uma auditoria de acordo com as ISA, fazemos julgamentos profissionais e mantemos ceticismo profissional durante a auditoria e também:

INSCRITA NA ORDEM DOS REVISORES OFICIAIS DE CONTAS SOB O Nº 155 - CAPITAL SOCIAL REALIZADO 10.000,00 € - NIPC Nº 504 096 664

- identificamos e avaliamos os riscos de distorção material das demonstrações financeiras, devido a fraude ou a erro, concebemos e executamos procedimentos de auditoria que respondam a esses riscos, e obtemos prova de auditoria que seja suficiente e apropriada para proporcionar uma base para a nossa opinião. O risco de não detetar uma distorção material devido a fraude é maior do que o risco de não detetar uma distorção material devido a erro, dado que a fraude pode envolver conluio, falsificação, omissões intencionais, falsas declarações ou sobreposição ao controlo interno;
- obtemos uma compreensão do controlo interno relevante para a auditoria com o objetivo de conceber procedimentos de auditoria que sejam apropriados nas circunstâncias, mas não para expressar uma opinião sobre a eficácia do controlo interno da Entidade;
- avaliamos a adequação das políticas contabilísticas usadas e a razoabilidade das estimativas contabilísticas e respetivas divulgações feitas pelo órgão de gestão;
- concluímos sobre a apropriação do uso, pelo órgão de gestão, do pressuposto da continuidade e, com base na prova de auditoria obtida, se existe qualquer incerteza material relacionada com acontecimentos ou condições que possam suscitar dúvidas significativas sobre a capacidade da Entidade para dar continuidade às suas atividades. Se concluirmos que existe uma incerteza material, devemos chamar a atenção no nosso relatório para as divulgações relacionadas incluídas nas demonstrações financeiras ou, caso essas divulgações não sejam adequadas, modificar a nossa opinião. As nossas conclusões são baseadas na prova de auditoria obtida até à data do nosso relatório. Porém, acontecimentos ou condições futuras podem levar a que Entidade descontinue as suas atividades;
- avaliamos a apresentação, estrutura e conteúdo global das demonstrações financeiras, incluindo as divulgações, e se essas demonstrações financeiras representam as transações e acontecimentos subjacentes de forma a atingir uma apresentação apropriada;
- comunicamos com os encarregados da governação, entre outros assuntos, o âmbito e o calendário planeado da auditoria, e as conclusões significativas da auditoria incluindo qualquer deficiência significativa de controlo interno identificado durante a auditoria.

INSCRITA NA ORDEM DOS REVISORES OFICIAIS DE CONTAS SOB O Nº 155 - CAPITAL SOCIAL REALIZADO 10.000,00 € - NIPC Nº 504 096 664

A nossa responsabilidade inclui ainda a verificação da concordância da informação constante do relatório de gestão com as demonstrações financeiras.

RELATO SOBRE OUTROS REQUISITOS LEGAIS E REGULAMENTARES

Sobre o relatório de gestão

Em nossa opinião, o relatório de gestão foi preparado de acordo com os requisitos legais e regulamentares aplicáveis em vigor e a informação nele constante é concordante com as demonstrações financeiras auditadas, não tendo sido identificadas incorreções materiais.

Porto, 26 de março de 2018

SANTOS VAZ, TRIGO DE MORAIS & ASSOCIADOS, SROC, LDA.

Representada por João Manuel Trigo de Morais, ROC N.º 881

INSCRITA NA ORDEM DOS REVISORES OFICIAIS DE CONTAS SOB O Nº 155 - CAPITAL SOCIAL REALIZADO 10.000,00 € - NIPC Nº 504 096 664

PARECER ASSEMBLEIA GERAL

Central de Tratamento e Valorização de Resíduos da Ilha Terceira, Biscoito da Achada, Ribeirinha
9700-135 Angra do Heroísmo | Telf: 295216722 | Fax: 295218397 | E-mail: geral@teramb.pt

ATA n.º 39

Ao terceiro dia do mês de abril de dois mil e dezoito, pelas nove horas, reuniu na sede social da TERAMB – Empresa Municipal de Gestão e Valorização Ambiental da Ilha Terceira, EEM, sita no Aterro Sanitário Intermunicipal da Ilha Terceira, Biscoito da Achada, freguesia da Ribeirinha, concelho de Angra do Heroísmo, a Assembleia Geral da mesma empresa. Presidiu José Gabriel Álamo de Meneses, encontrando-se também presente o Senhor Tibério Manuel Faria Dinis. A ordem de trabalhos foi a seguinte:

1 – Apreciação do Relatório de gestão e contas de 2017

Nos termos do exarado na alínea e) do n.º 1 do artigo 42º da Lei 50/2012 de 31 de agosto e da alínea g) do artigo 15º dos estatutos da Teramb, EM, procedeu-se à apreciação e discussão do documento em título e deliberou-se por unanimidade aprova-los e propô-los às Câmaras Municipais. As principais rubricas das demonstrações económico-financeiras aprovadas são:

- Total do Ativo: 37.139.732,17 €
- Total do Passivo: 8.167.679,86 €
- Capitais Próprios: 28.972.052,31 €
- Volume de negócios: 1.734.244,17 €
- Resultados líquidos: -517.501,41 €

Nada mais havendo a tratar, foi encerrada a presente reunião, cujas deliberações foram aprovadas, por unanimidade.

O Presidente
(José Gabriel Álamo de Meneses)

O Secretário
(Tibério Manuel Faria Dinis)